

07/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UnB, o futuro é hoje](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Quero ver.](#)

O GLOBO - RJ

[‘Os alunos não devem ser apenas repetidores de informações’](#)

[Serviços básicos podem parar de funcionar já, diz reitora da UFRJ](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ânima põe foco em curso de medicina, novo queridinho do ensino superior](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[Olhar com atenção para os idosos é sinônimo de respeito em Passo Fundo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Truque de Mestre : o que o Future-se esconde sobre o futuro das universidades federais](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Com o caixa zerado, Ufpel anuncia que pode ter serviços paralisados](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[É falso que conselho de políticas de drogas era aparelhado](#)

AGÊNCIA GLOBO

[UFRJ recebe R\\$ 16 milhões, mas reitora diz que precisa do dobro para não fechar serviços](#)

AGÊNCIA SENADO

[Senado aprova inclusão de universidades comunitárias em escolhas para o CNE](#)

METRÓPOLES

[-alunos e servidores da UnB protestam no MEC contra programa](#)

PORTAL EXAME

[É falso que Conad era aparelhado; atas comprovam a diversidade de opiniões](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Nada mudou após liberação de R\\$ 1 bi para educação, diz reitora da UFRJ](#)

[MEC bloqueia R\\$ 348 milhões em livros para a educação básica](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola](#)

AGROSOFT

[HEINZE DEFENDE INCENTIVO ÀS UNIVERSIDADES PARA STARTUPS DO SETOR AGRÍCOLA](#)

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Em novembro, Rede Bionorte organiza 1º Congresso de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia](#)

PORTAL DO MAGISTRADO

[Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola — Senado Notícias](#)

FOLHA NOBRE

[Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola — Senado Notícias](#)

Agências de notícias e sites

URURAU

[Abertas inscrições de Mestrado na UFRJ-Macaé](#)

ECOAMAZÔNIA

[Importância das línguas tradicionais é tema de evento sobre educação escolar indígena no Amazonas](#)

FUNDACRED

[CAPES apresenta ações em apoio à inovação](#)

G1

[MEC bloqueia R\\$ 348,4 milhões para compra, produção e distribuição de livros didáticos](#)

GRUPO ORZIL

[CONNECTI integra dados nacionais de educação, ciência, tecnologia e inovação](#)

[CAPES apresenta ações em apoio à inovação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[O desmantelamento da ciência brasileira no governo Bolsonaro](#)

UERN

[Aula inaugural do DINTER em Direito será na próxima segunda-feira](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Future-se - consulta pública entra na última semana](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

UnB, o futuro é hoje

MARIA FÁTIMA DE SOUSA

Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva %u2014 Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, onde foi diretora. Pós-doutorado pela Universidade do Quebec, em Montreal E-mail: fatimasousa@unb.br

Os mestres Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira nos deram as primeiras aulas de futuro ainda dois anos antes da inauguração oficial da Universidade de Brasília. Ousadia, coragem e inovação foram as essências para que pudessem, sem medo, resistir e enfrentar os poderes da República, a fim de darem vida ao sonho de criarem uma universidade para a capital da República, uma entre tantas que compõem o sistema de universidades federais, patrimônio do povo brasileiro.

Debates apressados e sem o aprofundamento necessário podem levar à desconfiguração da estatura da UnB que, desde sua origem, foi pautada em garantir a produção técnico-científica para o desenvolvimento econômico e social da nação, a formação de quadros dirigentes para o Estado brasileiro e para o exercício da democracia cidadã. Uma universidade viva, cheia de expressão e globalizada num espaço integrado de construção de conhecimento, capaz de responder às dores do país, enfrentando-as com inteligência e consciência crítica.

Por isso, sua singularidade é incomparável. Do Planalto Central, dialogamos com o Brasil e com mundo, sem perdermos de vista nossa autonomia e protagonismo na construção cotidiana de uma universidade de natureza pública e inclusiva, que permita a presença cada vez maior de jovens sintonizados em processos educativos do mais alto nível, sem distinções de raça, língua, gênero, cor, etnia, orientação sexual, padrão de renda ou moradia. Que venham todos para as nossas salas de aula, pois foi para eles que esta universidade foi criada.

Cooperações nacionais ou internacionais nos ajudam a resguardar as semelhanças e as diferenças no geral, mas nas singularidades, observemos a Austrália, onde o governo atualiza os valores dos cursos a cada ano e auxilia os estudantes pagando as taxas do curso. O valor restante quem paga é o estudante, a chamada “quantia de contribuição estudantil”. Aqueles que realizam investigações em nível superior são financiados pelo governo australiano por meio do Programa de Formação para Pesquisa (Research Training Program — RTP).

No Canadá, por exemplo, cujo investimento público é ainda mais crescente, cada estudante tem direito ao Programa de Assistência ao Estudante de Ontário (Ontario Student Assistance Program — OSAP). Trata-se de um programa de ajuda financeira que auxilia o estudante a pagar por uma faculdade ou universidade. Caso não use todo o recurso que lhe cabe, conforme o curso escolhido, o estudante devolve o saldo. Caso gaste mais do que o necessário para custear seus estudos, pode devolver o valor gasto a mais ao Estado parcelado em até 20 anos.

Nos Estados Unidos, como aponta Luiza Caires em recente artigo no Jornal da USP, “73% dos estudantes de nível superior norte-americanos estão matriculados em universidades públicas”. Lá, conforme a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), somente em 2017 quase 60% dos recursos para as universidades vieram do governo federal e dos estados norte-americanos.

Enquanto isso, na Europa, em países como Noruega, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, existem universidades de classe mundial totalmente grátis, inclusive para estudantes internacionais, a exemplo dos brasileiros. Elas não podem ser comparadas com a UnB nem com as demais instituições de ensino superior públicas brasileiras, nem em quantidade, tampouco em qualidade, cada uma resguarda suas missões em si mesmas.

A UnB é, por natureza, um ato de rebeldia, logo não pode se ajoelhar diante das inconstitucionalidades identificadas no Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), quando exige que serviços diversos sejam contratados por meio de Organização Social (OS), o que macula a autonomia acadêmica científica, pedagógica e técnico administrativa, em dissonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Em igual medida, coloca em risco o financiamento público do ensino superior, ao propor um fundo de investimento que vai de encontro ao artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Além disso, o Future-se contraria 16 leis em vigência no país dos órgãos de controle, que regem a transferência de recursos entre os setores público e privado.

A UnB deveria fazer a mesma travessia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que convocou toda a comunidade universitária a um debate franco, aberto e democrático, o que se espera de uma gestão pública diante de um tema que merece aprofundamento e zelo, condições pertinentes a uma casa produtora do diálogo e do saber pensar. Essa escuta iluminaria, de forma unificada, o posicionamento da instituição ante as previstas dificuldades orçamentárias e financeiras que apontam para uma crise em larga escala, oriunda dos bloqueios orçamentários, impedindo o pleno funcionamento da universidade, das salas de aulas aos laboratórios.

A geopolítica em que se encontra a UnB lhe potencializa para lutar pelo fim da Emenda Constitucional 95, que tem contribuído com quadro agonizante do histórico desfinanciamento do sistema educacional brasileiro; ainda possa sensibilizar os parlamentares a fim de que os recursos financeiros próprios da UnB, sejam, por meio de uma Emenda à Constituição, assegurados para os investimentos que lhe são necessários; e mais, dar vida a uma frente em defesa da UnB, composta pelas representações das categorias de docentes, discentes, técnicos administrativos, ex-reitores, ex-dirigentes de faculdades, institutos e centros, unindo as diversidades de concepções e diferentes correntes teóricas de pensamento. Afinal, não há educação democrática sem o compromisso com a verdade.

O futuro é hoje e também permeado de sonhos possíveis, a exemplo do que sonharam os mestres Darcy e Anísio, em transformarem a UnB na mais importante universidade da América Latina. Se não a mais importante, hoje estamos na 15ª posição no ranking da América Latina, em 2019, pelo Times Higher Education (THE). E mais recentemente alcançou posição entre as 300 melhores do mundo na área de ciências médicas, de acordo com o Global Ranking of Academic Subjects (GRAS). Isso somente para citarmos dois dos mais relevantes patamares de reconhecimento ao trabalho de professores(as), pesquisadores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as) que atuam diariamente para consolidar um projeto de nação.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Quero ver.

O Ministério da Educação prometeu enviar a deputados da Comissão Externa da Educação da Câmara um relatório, depois do Enem, com questões “ideológicas” eventualmente retiradas da prova. O MEC reforçou que o conteúdo está sob sigilo.

» Hein? Em visita ao Inep, os deputados também quiseram saber quais secretarias foram afetadas pelo novo bloqueio na Educação, de R\$ 348 milhões. Ouviram que ninguém ainda sabe.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘Os alunos não devem ser apenas repetidores de informações’

Docente titular da UFBA defende que a tecnologia seja usada para a criação de conhecimento e cultura, e não como um produto de consumo

Entrevista : NELSON PRETTO/ PROFESSOR

A tecnologia precisa estar a serviço da educação, e não o contrário. É isso que defende Nelson Pretto, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formado em Física, mestre em Educação e doutor em Comunicação, Pretto afirma que os aparatos tecnológicos devem facilitar o processo criativo, instigando o aluno a produzir conteúdo, em vez de somente reproduzir informações.

Pretto é um dos participantes do Educação 360 STEAM — sigla que, em inglês, junta as palavras Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática —, evento que discute um modelo educacional baseado na integração de disciplinas das ciências exatas e das artes com a sociedade, e que será realizado no dia 27 de agosto, no Museu do Amanhã, com debates, estudos de caso e workshops.

O Educação 360 STEAM é uma realização dos jornais O Globo e Extra, com patrocínio

do Colégio pH e da Fundação Telefônica Vivo, e o apoio institucional da Revista Galileu, do site Tech-tudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

Qual é o lugar da tecnologia dentro das escolas?

O foco precisa ser na educação, e não na tecnologia. Os equipamentos são facilitadores para os jovens e professores tornarem-se produtores de cultura e conhecimento, em vez de meros consumidores de informação. A escola deve ser um espaço de emancipação e formação das juventudes; não podemos pensar em soluções educacionais para serem consumidas como produto.

Você acredita em um modelo educacional interdisciplinar?

A estrutura disciplinar acomoda, enquanto a escola é, essencialmente, um espaço de rebeldia. O aluno precisa ser um leitor desconfiado de tudo aquilo que encontra na internet. Com as máquinas, que são ferramentas de criação e edição, nós preparamos a menina para editar o mundo. Portanto, é importante ter escolas conectadas com banda larga e equipamentos de qualidade. Também em função disso, a escola tem que ter a capacidade de ficar offline. Tão importante quanto estar conectado é estar desconectado. Mas não podemos estar desconectados por ausência do poder público. É responsabilidade do Estado fornecer condições concretas para que alunos e professores possam efetivamente interagir por meio das tecnologias.

É viável implementar a educação STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, na sigla em inglês) nas escolas públicas brasileiras em curto prazo?

É viável desde que tenhamos políticas públicas que respeitem e valorizem a educação. É preciso haver escolas com infraestrutura de qualidade, professores bem formados na faculdade e uma política salarial que torne a carreira do educador atrativa, para que ele permaneça lecionando com empenho.

A dificuldade de implantação desse modelo pode ser driblada pelos professores que lecionam em canais na internet? Essa é uma maneira válida de acessar os alunos?

O esforço individual de cada professor deve ser reconhecido e valorizado. Mas não podemos pensar o futuro da educação colocando nas costas do professor a responsabilidade de substituir o Estado, que tem obrigação constitucional de dar acesso ao ensino de qualidade. É muito importante que os docentes usem todos os recursos disponíveis dentro das redes, mas isso não é política pública. Para que o sistema educacional possa avançar, é necessário desenvolver projetos governamentais de educação, cultura, ciência e tecnologia, telecomunicações e, até mesmo, trabalho e renda ou desenvolvimento industrial. Se todas as escolas tiverem parque tecnológico, estaremos formando cientistas, ampliando o mercado de trabalho e as possibilidades de produção nacional.

O objetivo de inserir a tecnologia na educação é formar profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho ou tornar a aprendizagem mais atrativa para o aluno?

A função da escola não é preparar para o mercado de trabalho, é preparar para o mundo do trabalho. Por exemplo, hoje podemos achar importante treinar os profissionais para

usar computadores e, daqui a alguns anos, talvez não sejam esses equipamentos que estarão nas empresas. É preciso capacitar os jovens para lidar com qualquer tipo de tecnologia do futuro. Esse cidadão precisa estar habilitado para viver plenamente a sociedade contemporânea. Já a função das tecnologias e dos professores não é fazer com que a escola seja mais alegre e divertida, é fazê-la ter sentido para a juventude.

Até porque não teremos recursos para que essas máquinas sejam sempre as mais modernas e atrativas. Não se trata de fugar alunos ou animar salas de aula, e sim de dar outro sentido para a educação usando essas tecnologias como pilar estruturante. A escola deve ser uma dinâmica viva inserida na sociedade atual, e não meramente um acessório que prepara alunos para serem mão de obra.

Como esse modelo pode ser implementado no currículo escolar?

Não queremos internet nas escolas, queremos as escolas na internet. A primeira leva o que está fora para dentro do ambiente escolar. Ter a escola dentro das redes significa que cada membro da comunidade está colaborando para construir os espaços virtuais com suas vivências. Podemos ter aulas sofisticadas de robótica e inteligência artificial e continuar repetindo o mesmo padrão educacional. É possível não ter equipamento algum e fazer um trabalho fantástico, o ponto é que a tecnologia torna isso muito mais fácil. Todos esses aparatos tecnológicos são fundamentais se estiverem inseridos num projeto de escola e sociedade que pense os alunos como produtores de conteúdo e não apenas como repetidores de informações.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Serviços básicos podem parar de funcionar já, diz reitora da UFRJ

Denise Pires de Carvalho, que assumiu o cargo há um mês, afirma que, se não houver vigilância e manutenção, o "mato vai crescer no Fundão" e o campus será "lugar de desova de cadáveres"

Um dia de cada vez. Essa é a filosofia que a nova reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) diz ser obrigada — pelo contingenciamento de verbas — a seguir. No início desta semana, a instituição recebeu R\$ 16 milhões para pagar as despesas de agosto. Segundo Denise Pires de Carvalho, no cargo há um mês, é necessário quase o dobro — R\$ 30 milhões — para manter os serviços em dia.

Com o contingenciamento a universidades federais anunciado em maio, a UFRJ sofreu um corte de 44% de suas verbas de custeio — de R\$ 331,6 milhões, previstos pela Lei Orçamentária Anual, para R\$ 185,8 milhões. Já o valor destinado a investimentos (aquisição de equipamentos e realização de obras, entre outros) desabou 86% — passando de R\$ 9,1 milhões para R\$ 1,2 milhão. As bolsas estudantis não foram afetadas.

Anteontem, a instituição pagou parcialmente a dívida com a empresa fornecedora de alimentos do restaurante universitário, impedindo que o serviço fosse interrompido neste mês. Mas outras despesas necessárias à manutenção da UFRJ podem ter seus serviços suspensos a qualquer momento pelos fornecedores — entre eles, os de energia elétrica, água e gás para laboratórios, limpeza, vigilância e telefonia.

— Vou saber mais tarde com a pró-reitoria de Finanças quais são os contratos que podem ser honrados com o valor recebido (R\$ 16 milhões). Não está sobrando nada,

temos dinheiro apenas para pagar os atrasados — diz Denise.

— Muitos serviços podem ser descontinuados pelos fornecedores caso eles fiquem três meses sem receber. É o caso do restaurante: fizemos um trabalho hercúleo para garantir que a universidade tivesse refeições já no primeiro dia de aulas.

A reitora adverte que, se um dos contratos for rompido, o prejuízo para reestruturar o serviço, desta vez com outra empresa, será ainda maior.

— Hoje, as empresas (que prestam serviço à UFRJ) estão honrando os salários sem ter garantia de que serão pagas pela universidade — assinala.

— Digamos que uma delas tenha seu contrato vencido e precisemos abrir uma licitação para achar alguém que preste esse serviço. Essa busca será cada vez mais difícil e cara, porque ficaremos conhecidos como maus pagadores.

Denise alerta que, se não houver vigilância e manutenção, o "mato vai crescer no campus da Ilha do Fundão", e o campus será "um lugar de desova de cadáveres".

A universidade foi obrigada a apertar o cinto, como a redução de despesas com passagens, e já estuda a suspensão de investimentos previstos para 2019. Ainda há esforços para manter o transporte entre os campi, já que alguns cursos exigem a locomoção de estudantes por diferentes regiões.

Estima-se que a dívida prevista da UFRJ seja de R\$ 170 milhões — de acordo com Denise, esse foi o valor divulgado pela gestão de seu antecessor, Roberto Lehrer (2015-2019).

A reitora queixa-se da falta de diálogo como ministro da Educação, Abraham Weintraub. Apesar dos diversos pedidos de audiência no MEC, Denise diz ter encontrado o ministro apenas uma vez, quando ela tomou posse. A ordem é que ela procure o secretário de Ensino Superior, Armando Barbosa. O contato, porém, ainda não resultou em liberação dos recursos contingenciados.

Na próxima sexta-feira, o Conselho Universitário fechará documento que será encaminhado ao MEC com críticas ao programa Future-se, apresentado em julho por Weintraub, que prevê novas formas de financiamento das universidades federais.

Segundo opositores do plano, que será enviado no fim do mês ao Congresso, o texto prioriza parcerias com organizações sociais (OS), que são entidades privadas sem fins lucrativos. A comunidade acadêmica tem denunciado o Future-se como uma tentativa de "privatização" do ensino superior.

Procurado pelo GLOBO, o MEC afirmou em nota que, "embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, o ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições" ..

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Ânima põe foco em curso de medicina, novo queridinho do ensino superior

A Ânima criou uma frente de negócio para a área de medicina, cujo crescimento se dará de forma orgânica e também pode ocorrer via novas aquisições. Na segunda-feira à noite, a companhia anunciou a compra da UniAges, instituição de ensino da Bahia focada em medicina, por R\$ 200 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6380619/anima-poe-foco-em-curso-de-medicina-novo-queridinho-do-ensino-superior>

topo ↕

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

Olhar com atenção para os idosos é sinônimo de respeito em Passo Fundo

Com a população brasileira, sobretudo a gaúcha, tendo uma expectativa de vida mais elevada, a atenção das políticas públicas deve se voltar para a qualidade de vida dos mais velhos

Um estudo feito pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (Seplag) apontou que em 40 anos o número de idosos no estado deverá mais do que duplicar. O cenário prevê que no ano de 2060 as pessoas com mais de 65 anos serão quase 30% da população. Atualmente, esse percentual está em 12,7%. A consequência do envelhecimento mais rápido da população estará na diminuição da população considerada potencialmente ativa, entre os 15 e 64 anos: cairá de 69% para 57%. O não tão distante ano de 2060, no Rio Grande do Sul, deverá ter um idoso para cada duas pessoas em idade ativa.

Com isso, diversos desafios deverão ser enfrentados já na próxima década. Para a professora e coordenadora do programa de pós-graduação em envelhecimento humano da Universidade de Passo Fundo (UPF), Ana Carolina De Marchi, pontua que o aumento das políticas públicas para a proteção e cuidado com os idosos, como a criação da Coordenadoria de Atenção ao Idoso, em 1995 e do Departamento de Atenção à Terceira Idade (Dati), em 2005.

“Hoje já existe várias políticas públicas para a proteção da pessoa idosa e isso começou a surgir justamente porque se deram conta que se deve pensar em como cuidar e prevenir questões de doença, por exemplo, para que o idoso tenha qualidade de vida, já que a expectativa de vida aumentou muito”, diz.

A expectativa de vida ao nascer é de 76 anos no Brasil e no Rio Grande do Sul de 78 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Tem desafios dizem respeito ao mundo social como um todo, o que a gente precisa é potencializar ou ampliar políticas por exemplo, de acesso a saúde, na preferência ao atendimento de idosos. A questão da mobilidade urbana, a cidade está fazendo muitas obras de adaptação, adaptando muitos locais, mas ainda precisa ser feito mais. A pessoa idosa tem mais dificuldade de locomoção. Cabe também uma conscientização de todos, não só da Prefeitura, de todos os moradores, o que perpassa na educação da sociedade”, explica Ana Carolina.

No entanto, o ponto crucial para a professora é sobre a educação da sociedade para que se respeite a velhice. Em um evento recente do Dati, uma caminhada em alusão ao dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso, o tema era ‘respeitar as pessoas idosas é tratar o próprio futuro com respeito’. “Temos que começar a preparar as nossas

crianças nas escolas para que elas, até mesmo os professores, formar professores para respeitar a velhice, a questão intergeracional. Temos que a partir da educação das crianças e da formação dos professores ensinar como conviver melhor com esses idosos”, salienta. Ela cita como exemplo o Japão, país asiático em que as crianças já sabem – desde pequenas – que quando os pais ou até mesmo os avós chegarem na velhice, eles é quem cuidarão para que eles possam viver dignamente.

AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA

Uma das maneiras de fazer com a velhice não seja tratada de forma ruim, mas sim como algo bom e principalmente natural é realizar atividades que integrem, cada vez mais, os idosos na sociedade. O coordenador do Centro de Referência e Atenção ao Idoso (Creati), ligado a UPF, Diego Piva, explica que há 29 anos o centro realiza oficinas culturais e sociais com idosos, que promovem saúde e bem-estar.

Em média, 700 alunos são atendidos pelo Creati em Passo Fundo, que ainda conta com filiais em Carazinho e Lagoa Vermelha. “Dessa forma fazemos com que o idoso faça parte da família Creati, com oficinas, confraternizações, atividades que têm sempre direção aos temas da qualidade de vida e do envelhecimento”, pontua.

Ana Carolina diz que essas iniciativas como o Creati e o Dati são locais onde o idoso é estimulado socialmente. Inclusive, afirma que esses espaços poderiam ser ampliados, para que atendam cada vez mais idosos, ou vovôs e vovós. “Esses ambientes são muito bons para que os idosos mantenham a interação social, se ocupem, pratiquem uma atividade, se mantenham ativos. É um momento de socialização. Essas iniciativas são importantes de se ressaltar, vamos precisar em um curto e médio prazo pensar em como oferecer mais vagas”, acrescenta.

MERCADO DE TRABALHO

Segundo dados da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, o número de pessoas com 65 anos ou mais em vagas com carteira de trabalho assinada cresceu quase 50% em quatro anos: passou de 484 mil em 2013 para 649,4 mil em 2017. Entretanto, o desemprego entre os idosos também cresceu. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que o índice foi de 18,5% em 2013 para 40,3% no ano passado.

COORDENADORIA DE ATENÇÃO AO IDOSO

O trabalho do órgão tem o objetivo de assegurar a pessoa idosa a liberdade, o respeito, a dignidade do ser humano com seus direitos civis e individuais e entre outros pontos. É atribuição da coordenadoria garantir as pessoas da ‘melhor idade’ políticas que ajudem a combater a discriminação, a violência e o abandono. A coordenadoria foi criada a partir de uma lei do ano de 2004. A coordenadoria organiza e executa atividades que envolvem os programas ‘Grupos de Convivência’, ‘Saber Viver’ e ‘Terceira Idade Digital’.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO

Truque de Mestre : o que o Future-se esconde sobre o futuro das universidades federais

A apresentação midiática do programa do Ministério da Educação denominado “Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE” lembrou cedo no Brasil para o filme Now you see me, de 2013. Nesse filme, um grupo de quatro

mágicos impressiona o público com recursos de palco espetaculares e dotes de prestidigitação.

No `show do MEC, realizado um dia após dar ciência do programa Future-se aos reitores por meio de alguns slides, foram usados canhões de luz, letreiros luminosos e frases de efeito. Por trás de todo ilusionismo, o que existia, na verdade, era um projeto de lei vago, incompleto e que permite um sem número de questionamentos legais, alguns chavões enaltecendo a capacidade de produção das universidades e a clara intenção do atual governo de não assumir o financiamento público das universidades e institutos federais.

O material até agora disponibilizado sobre o programa, que permite vislumbrar as diretrizes de sua concepção, denuncia a pouca intimidade da equipe elaboradora com o sistema universitário brasileiro, desconhecendo o papel que esse desempenha na formação de pessoas, na inclusão social e na produção e disseminação do conhecimento. Também não parece ter havido um diagnóstico capaz de identificar os desafios, certamente existentes, para a expansão do sistema de ensino superior público, o aprofundamento democrático das tomadas de decisão, além de necessárias melhorias constantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e compromisso radical com a redução das desigualdades sociais e regionais.

Diante de cortes e contingenciamentos de verbas que põem em risco o funcionamento das instituições federais de ensino, se oferece, por meio do Future-se, soluções de mercado, dissociadas dos valores universitários, longe de mostrar qualquer viabilidade prática, ainda mais em uma economia estagnada, além de ameaçar o patrimônio físico da União, com a perspectiva de venda ou locação de bens imóveis.

Mas, se o programa é de livre adesão, porque estaria provocando tanta reação negativa nas universidades? Não seria mais simples apenas rejeitá-lo? Na verdade, o programa, se aprovado, representaria riscos para as instituições que o aceitassem e para aquelas que o rejeitassem. As intenções do Future-se parecem estar mais naquilo que não é dito e representam ameaças concretas à sustentação financeira de todas as universidades e institutos federais.

Em relação aos professores, se vislumbra um futuro no qual se desrespeita o caráter único da carreira docente, com promessas de dispensáveis remunerações extras ou premiações e, o que é mais grave, a extinção da própria carreira pública do magistério superior, substituída, paulatinamente, por professores terceirizados em contratos precários, com a previsível restrição futura de concursos e contratações via organização sociais.

Dessa forma, mesmo reconhecendo tratar-se de documento com limitado valor técnico, elaborado sem a contribuição daqueles que vêm, há décadas, pensando e construindo educação superior no Brasil, é obrigação nossa, docentes, técnicos administrativos e estudantes, analisá-lo e divulgar para toda a sociedade as ameaças que representa para o futuro da nação, desvendando os truques que se escondem nas mangas do MEC.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA

Com o caixa zerado, Ufpel anuncia que pode ter serviços paralisados

Faltando uma semana para o início do segundo semestre letivo, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) afirma ter esgotado a verba de custeio - utilizada para despesas como eletricidade, água, luz, funcionários terceirizados e aluguéis - e estar com o caixa zerado. A instituição afirma que, até o momento, recebeu R\$ 39 milhões do orçamento, valor liberado ao longo do ano pelo Ministério da Educação (MEC) e já utilizado pela universidade.

Faltando uma semana para o início do segundo semestre letivo, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) afirma ter esgotado a verba de custeio - utilizada para despesas como eletricidade, água, luz, funcionários terceirizados e aluguéis - e estar com o caixa zerado. A instituição afirma que, até o momento, recebeu R\$ 39 milhões do orçamento, valor liberado ao longo do ano pelo Ministério da Educação (MEC) e já utilizado pela universidade.

Segundo comunicado divulgado pela universidade, o valor recebido representa 53% do orçamento previsto para a instituição neste ano, que seria de R\$ 74 milhões. Em abril, os cortes de 30% no orçamento das universidades e institutos federais, anunciado pelo governo federal, reduziram em R\$ 22 milhões o valor total do orçamento de custeio da instituição, caindo para R\$ 52 milhões.

Com a falta de verbas, a UFPel informa que alguns serviços podem ser atingidos, incluindo as operações do recém-inaugurado Serviço de Radioterapia e de cinco Unidades Básicas de Saúde que recebem, cada uma, uma população mínima de mil pessoas. Além disso, cerca de sete mil atendimentos odontológicos mensais 100% SUS podem ser interrompidos.

Conforme o Superintendente de Orçamento e Gestão de Recursos da UFPel, Dênis Franco, a universidade chegou ao limite de gasto imposto pelo governo e não pode contrair mais nenhuma despesa. Franco explica que a universidade depende do Ministério da Educação para o repasse de recursos, porém a pasta não tem um calendário de liberação dos pagamentos. A falta de informação dificulta fortemente o planejamento das universidades, destaca.

Nos próximos dias, a instituição irá protocolar uma representação no Ministério Público Federal contra o MEC. Em nota, o reitor da universidade, Pedro Curi Hallal, informa que a medida é uma forma de resguardo, já que o MEC, ao não liberar os recursos, impede a universidade de fazer a gestão.

Em nota, o MEC reconhece o déficit nas contas públicas, tetos de gastos em relação a determinadas despesas e destaca que as instituições devem adaptar a capacidade de seus recursos de acordo com a demanda, seguindo a Lei Orçamentária. Embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, este Ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, e podem ser objeto de descontingenciamento, à medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país”, afirma a pasta.

Apesar da instabilidade financeira, a UFPel confirmou que volta às aulas na próxima segunda-feira (12).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

É falso que conselho de políticas de drogas era aparelhado

Atas mostram que havia diversidade de posicionamento entre representantes da sociedade civil

Diferentemente do que afirma postagem que viralizou nas redes sociais, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (Conad) não era aparelhado por membros da sociedade civil. A análise das atas das reuniões de 2006 a 2018 mostra que seus integrantes apresentavam opiniões diversas sobre a política de drogas.

No texto viralizado, consta que “os chamados ‘especialistas’ e grupos da ‘sociedade’, que aparelhavam o Conad (Conselho Nacional de Política sobre Drogas), foram dissolvidos pelo governo Bolsonaro.” Ele ainda afirma que este aparelhamento contava com “médicos, juristas, psicólogos, cientistas e antropólogos”.

Segundo a postagem, “as políticas dos governos passados apoiavam – e ainda apoiam a liberação e o consumo das drogas no Brasil”. Conforme verificado pelo Comprova, de fato, as atas mostram que havia membros do Conad que defendiam a descriminalização das drogas, no entanto, a posição não era majoritária nem chegou a ser tema de votação no conselho em todo período analisado.

Em 22 de julho, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) reduziu a participação de representantes da sociedade civil no Conad. A composição do conselho era estabelecida por um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2006.

A mudança ocorreu um mês depois da aprovação pelo Senado de PL que promoveu alterações na política nacional de drogas. O projeto era de 2013 e de autoria do ex-deputado federal e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra.

Entre as mudanças estão a incorporação das comunidades terapêuticas ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e a volta da abstinência como objetivo do tratamento da dependência química.

Conforme consta nas atas, ao longo dos anos, os representantes do Conad debateram inúmeras vezes a regulamentação das comunidades terapêuticas e também as políticas de redução de danos e de abstinência. Como o Comprova verificou, não havia consenso entre os conselheiros nesses temas.

Ao mesmo tempo em que o Conad contava com representantes da sociedade civil, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que se colocaram repetidamente contra a transferência de recursos públicos para comunidades terapêuticas, as duas cadeiras reservadas ao terceiro setor foram majoritariamente ocupadas por pessoas ligadas a organizações desse tipo de instituição.

Exemplos disso são a Fazenda da Esperança, o Conselho Estadual de Comunidades Terapêuticas, a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract) e a Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact). Durante os 12 anos analisado, também ocuparam as cadeiras do terceiro setor organizações como o Sesi, o

Sindicato dos Psicólogos de SP e a ONG Lua Nova.

Em março de 2014, foi constituído um grupo de trabalho para discutir a regulamentação das comunidades terapêuticas. Após quase um ano de debates e duas audiências públicas, a resolução foi aprovada em 2015, com abstenção do representante do Ministério da Saúde. Não consta em ata quem votou a favor e quem votou contra a proposta.

Também foram identificadas nas atas discussões sobre políticas de abstinência em contraposição à política de redução de danos, que era defendida nos governos Lula e Dilma.

A terceira e última resolução do Conad, aprovada em março de 2018, antecipou parte das mudanças instituídas este ano na política nacional de drogas. A resolução se baseou no Projeto de Lei 37 apresentado em 2013 por Osmar Terra, na época deputado federal.

De acordo com os registros das reuniões, as categorias dos psicólogos, assistentes sociais e antropólogos se manifestaram repetidamente como sendo contrárias a políticas de abstinência. Em reunião de agosto de 2012, o representante do Conselho Federal de Psicologia afirmou que “propostas de tratamento para qualquer tipo de droga, voltadas à abstinência como única possibilidade, estão fadadas ao fracasso”.

Ao mesmo tempo, representantes de comunidades terapêuticas, assim como médicos, no geral, se colocavam contra a redução de danos. O então representante do Conselho Federal de Medicina (CFM) afirmou em reunião de setembro de 2010 que alguns aspectos dessa política não atendiam à necessidade de se fazer uma repressão efetiva às drogas. “Muitas vezes a impressão é de que há um consentimento social, uma tolerância para o consumo das substâncias ilícitas”, disse.

Conforme consta em registro de reunião em outubro de 2016, após críticas ao marco regulatório aprovado pelo Conad, o então representante da Confenact, Egon Schlüter, afirmou: “não consta a palavra abstinência na resolução, nós lutamos pelo direito de a pessoa dependente escolher. O nosso atendimento é voluntário e a qualquer momento ela pode desistir”.

Como explicou em entrevista ao Comprova, a Confenact é favorável à política de abstinência como objetivo final do tratamento e, à redução de danos apenas como meio de levar a pessoa ao tratamento.

Em 2016, Osmar Terra passou a representar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no Conad e, conforme consta em ata, fez críticas à política de drogas então em vigor: “o problema nosso é que a nossa lei é uma lei mal feita, ela é uma lei de ideias liberais”.

Figura-chave para aprovação da resolução do Conad de 2018, que já definia a política de abstinência como prioridade antes de ela se tornar lei, foi Terra quem apresentou o texto da resolução ao Conselho e reiterou, inúmeras vezes, a urgência de deliberação. “Precisamos dar uma resposta à sociedade, não podemos mais adiar essa decisão, temos que avançar, dar um passo adiante”, afirmou, segundo consta em ata.

Em reunião em 1º de fevereiro de 2018, parte dos representantes da sociedade civil se colocou contra a votação da proposta. A representante do CFESS defendeu realização de audiências e consultas públicas para debater o tema com a população.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) alertaram para ausência de mecanismos para aprimorar a política de drogas que envolvessem áreas da educação e pesquisa.

As organizações criticaram ainda a falta de pesquisas para embasar as discussões da proposta. Já a Confenact defendeu que a votação não fosse interrompida, uma vez que o conteúdo da proposta já havia sido divulgado.

Após um pedido coletivo de vista, o Conad adiou a votação, que foi realizada em 1º de março de 2018. A resolução foi aprovada por 16 votos a favor e quatro contra. Desde então, o Conad só se reuniu uma vez, em junho de 2018.

Descriminalização das drogas

Dentre os oito grupos que possuíam cadeiras fixas no Conad, a UNE e a CFESS se posicionam abertamente a favor da descriminalização das drogas. Apenas um deles se declarou abertamente contra: o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Em resposta ao Comprova, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Conselho Federal de Enfermagem (CFE) afirmaram em nota não ter posicionamento consolidado sobre o tema. Pela análise das atas, não foi identificado posicionamento das entidades quanto à descriminalização.

O CFP, o CNE e a SBPC tampouco se posicionaram abertamente quanto ao tema nas reuniões. O Comprova entrou em contato com as três organizações repetidas vezes, no entanto, até a publicação desta reportagem, o CFP não respondeu à pergunta quanto à descriminalização e não houve retorno da CNE e da SBPC.

Apesar de não se manifestarem quanto à descriminalização, em reunião de 2009, o representante da SBPC Elisaldo Luiz de Araújo Carlini defendeu o uso medicinal da Cannabis e, em setembro de 2015, o representante do CFP propôs este tema para discussão.

Conforme consta em ata de 15 maio de 2012, a secretária-executiva do Conad à época sugeriu a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema. Na ocasião, o então representante da Polícia Federal no Conselho disse que não julgava interessante participar do GT, devido ao posicionamento da PF quanto ao tema. “Acho que fica mais tranquilo a discussão sem a nossa presença, vamos colocar assim. Tudo bem?”

Em resposta, o então representante do Conselho Federal de Medicina afirmou que, independentemente da posição, a participação do órgão era importante. “O trabalho consiste na discussão de vieses e dos cenários possíveis”, disse.

Nessa mesma reunião, o médico ainda questionou o conteúdo de gibis feitos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). De acordo com a ata, o médico afirmou que existia “anuência para a liberação da maconha e a ‘satanização’ do crack”

no encarte. A secretária respondeu que o Senad possuía materiais específicos a respeito da maconha.

Entre os representantes do meio artístico o único que chegou a se pronunciar a respeito do tema foi o ator Marcos Frota, que, em reunião em 28 de agosto de 2012, manifestou ser contra a liberação das drogas.

Como os representantes da sociedade civil eram renovados ao longo do tempo, o Comprova entrou em contato apenas com os membros que faziam parte do conselho neste ano e foram excluídos pelo decreto de Bolsonaro.

Representantes da sociedade civil excluídos do Conad:

Conselhos com direito a indicar um representante:

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Conselho Federal de Medicina (CFM)

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Representantes indicados pelo próprio Governo (mandato de dois anos)

2 representantes do terceiro setor

representante do meio artístico

representante da imprensa

antropólogo

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

UFRJ recebe R\$ 16 milhões, mas reitora diz que precisa do dobro para não fechar serviços

Denise Pires de Carvalho, que assumiu o cargo há um mês, afirma que dívidas acumuladas com fornecedores ameaça atendimento a estudantes e à população RIO — Um dia de cada vez. Essa é a filosofia que Denise Pires de Carvalho, a nova reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz ser obrigada — pelo contingenciamento de verbas — a seguir.

No início desta semana, a instituição recebeu R\$ 16 milhões para pagar as despesas de agosto. Segundo Denise, no cargo há um mês, é necessário quase o dobro — R\$ 30 milhões — para manter os serviços em dia.

Com o contingenciamento a universidades federais anunciado em maio, a UFRJ sofreu um corte de 44% de suas verbas de custeio — de R\$ 331,6 milhões, previstos pela Lei Orçamentária Anual, para R\$ 185,8 milhões.

Já o valor destinado a investimentos (aquisição de equipamentos e realização de obras, entre outros) desabou 86% — passando de R\$ 9,1 milhões para R\$ 1,2 milhão. As bolsas estudantis não foram afetadas.

Anteontem, a instituição pagou parcialmente a dívida com a empresa fornecedora de alimentos do restaurante universitário, impedindo que o serviço fosse interrompido neste mês. Mas outras despesas necessárias à manutenção da UFRJ podem ter seus serviços suspensos a qualquer momento pelos fornecedores — entre eles, os de energia elétrica, água e gás para laboratórios, limpeza, vigilância e telefonia.

— Vou saber mais tarde com a pró-reitoria de Finanças quais são os contratos que podem ser honrados com o valor recebido (R\$ 16 milhões). Não está sobrando nada, temos dinheiro apenas para pagar os atrasados — diz Denise. — Muitos serviços podem ser descontinuados pelos fornecedores caso eles fiquem três meses sem receber. É o caso do restaurante: fizemos um trabalho hercúleo para garantir que a universidade tivesse refeições já no primeiro dia de aulas.

A reitora adverte que, se um dos contratos for rompido, o prejuízo para reestruturar o serviço, desta vez com outra empresa, será ainda maior.

— Hoje, as empresas (que prestam serviço à UFRJ) estão honrando os salários sem ter garantia de que serão pagas pela universidade — assinala. — Digamos que uma delas tenha seu contrato vencido e precisemos abrir uma licitação para achar alguém que preste esse serviço. Essa busca será cada vez mais difícil e cara, porque ficaremos conhecidos como maus pagadores.

Denise alerta que, se não houver vigilância e manutenção, o “mato vai crescer no campus da Ilha do Fundão”, e o campus será “um lugar de desova de cadáveres”.

A universidade foi obrigada a apertar o cinto, como a redução de despesas com passagens, e já estuda a suspensão de investimentos previstos para 2019. Ainda há esforços para manter o transporte entre os campi, já que alguns cursos exigem a locomoção de estudantes por diferentes regiões.

Estima-se que a dívida prevista da UFRJ seja de R\$ 170 milhões — de acordo com Denise, esse foi o valor divulgado pela gestão de seu antecessor, Roberto Lehrer (2015-2019).

A reitora queixa-se da falta de diálogo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Apesar dos diversos pedidos de audiência no MEC, Denise diz ter encontrado o ministro apenas uma vez, quando ela tomou posse. A ordem é que ela procure o secretário de Ensino Superior, Armando Barbosa. O contato, porém, ainda

não resultou em liberação dos recursos contingenciados.

Na próxima sexta-feira, o Conselho Universitário fechará documento que será encaminhado ao MEC com críticas ao programa Future-se, apresentado em julho por Weintraub, que prevê novas formas de financiamento das universidades federais.

Segundo opositor do plano, que será enviado no fim do mês ao Congresso, o texto prioriza parcerias com organizações sociais (OS), que são entidades privadas sem fins lucrativos. A comunidade acadêmica tem denunciado o Future-se como uma tentativa de “privatização” do ensino superior.

Procurado pelo GLOBO, o MEC afirmou em nota que, “embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, o ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições”.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Senado aprova inclusão de universidades comunitárias em escolhas para o CNE Dario Berger disse que o projeto valoriza as instituições de educação superior comunitárias e a educação brasileira

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (6) o projeto que inclui as universidades comunitárias entre as entidades que podem fazer indicações no processo de escolha dos membros da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) do Ministério da Educação.

Atualmente, embora as universidades comunitárias sejam enquadradas como instituições particulares, não há dispositivo legal que garanta a sua participação no CNE. A proposta (PL 3.509/2019), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394, de 1996), tramitava em regime de urgência e segue agora para sanção da Presidência da República.

O projeto ainda propõe a atualização da composição do sistema federal de ensino, para incluir as instituições privadas que foram criadas pelo poder público (como é o caso de universidades comunitárias). O texto também atualiza a classificação das categorias administrativas das instituições de ensino, para esclarecer que a qualificação como confessional e a certificação como filantrópica podem abranger tanto as instituições de ensino privadas quanto as comunitárias.

Na justificativa, o autor, o então deputado federal e atualmente senador Jorginho Mello (PL-SC), argumenta que a proposição busca adequar a LDB aos termos da Lei 12.881, de 2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

Os senadores Flávio Arns (Rede-PR) e Rogério Carvalho (PT-SE) elogiaram a matéria. Rogério inclusive lembrou que já foi professor em uma universidade comunitária. A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) destacou o fato de as universidades comunitárias não terem fins lucrativos. Para o senador Esperidião Amin (PP-SC), as universidades comunitárias de Santa Catarina podem servir como referência para a educação superior do Brasil.

O senador Dário Berger (MDB-SC) foi relator da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e defendeu o projeto no Plenário:

— O projeto busca valorizar as instituições de educação superior comunitárias. É uma importante iniciativa em prol da educação brasileira — afirmou.

O CNE é um órgão colegiado do Ministério da Educação que formula e avalia políticas educacionais. O conselho é composto pelas câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, constituídas por 12 conselheiros cada. Eles são escolhidos e nomeados pelo presidente da República. Pelo menos metade dos indicados nas listas de cada uma das câmaras deve ser baseada em consultas a entidades da sociedade civil da área de educação.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

-alunos e servidores da UnB protestam no MEC contra programa

Professores, estudantes e técnicos da Universidade de Brasília (UnB) vão protocolar ofício no Ministério da Educação (MEC), às 9h desta quarta-feira (07/08/2019), contra o Future-se, programa que prevê medidas para captar recursos voltados às instituições públicas de ensino superior. A comunidade acadêmica registrará na pasta pareceres jurídicos e análises coletivas que orientaram a universidade a não aderir à proposta.

“A UnB está unida e não aceitará nenhuma tentativa de privatizar a educação brasileira”, afirmou Luis Antonio Pasquetti, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). Os manifestantes levarão ao ministério um cortejo circense com pernas de pau para entregar o ofício ao ministro Abraham Weintraub. “Este ato será uma amostra do que aguarda o governo na Greve Nacional da Educação, marcada para dia 13 de agosto”, acrescentou Pasquetti.

A manifestação nesta quarta ocorrerá após o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília discutir o Future-se. Os presentes na reunião do colegiado concluíram que o programa “compromete a autonomia universitária e desobriga o Estado do financiamento da educação superior pública brasileira, conquista histórica dos movimentos pela educação”.

A apresentação do relatório da comissão foi feita nessa sexta-feira (02/08/2019) pela diretora do Instituto de Ciências Humanas (IH), professora Neuma Brilhante. “O que marca o projeto é o protagonismo dado às organizações sociais, enquanto que as fundações de apoio, entidades juridicamente aptas para auxiliar atividades das universidades e com know-how para isso, são completamente ignoradas”, disse.

Também chamaram atenção do grupo a possibilidade de flexibilização das atuais regras de controle da utilização de recursos públicos e a ausência de informações sobre qual seria a composição do comitê gestor do Future-se. Na terceira parte, o relatório (leia a íntegra) aponta para outros aspectos da proposta.

“Será que o programa vai considerar aspectos pedagógicos? Qual será o papel do PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional] das universidades?”, questionou a diretora do IH. “Tampouco há menção sobre financiamento público às instituições federais”, acrescentou.

O projeto de lei (PL) do Future-se prevê a possibilidade de as instituições federais de ensino doarem seu patrimônio para o fundo do programa. “Em caso de dissolução do fundo, os recursos iriam para o MEC. Ou seja, estaríamos contribuindo com algo sobre o qual não vamos exercer nenhuma governança”, resumiu a professora Neuma.

Para o diretor da Faculdade UnB Planaltina, Marcelo Bizerril, “este é um projeto de destruição da pouca autonomia que nós temos, porque propõe a adesão à governança do MEC e a cessão de nosso patrimônio. É o desmonte da universidade pública como ela é em toda a América Latina”, disse.

Mobilização

Estudantes e técnicos administrativos criticaram a ausência de representantes das categorias na comissão que analisou o PL. A reitora da UnB, Márcia Abrahão, no entanto, explicou que o grupo não foi criado por critério de representação, mas apenas para fornecer subsídios à discussão do Consuni.

Maurício Sabino, do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Brasília (Sintfub), também defendeu a realização de amplo debate com a comunidade universitária. “Há muitas coisas ameaçadas: a gratuidade do ensino, a essência da universidade pública, nossos empregos”, enumerou, lembrando que um dos espaços de interlocução deverá ser o Comitê em Defesa da UnB, lançado em abril pelo Sintfub e pela ADUnB.

Crise

A UnB é uma das universidades afetadas com bloqueio de verbas feito pelo MEC neste ano. O contingenciamento é de R\$ 48,5 milhões. Desse total, R\$ 43,9 milhões são para manutenção. O montante equivale a 30% de todo o orçamento da instituição. “Em termos de investimento, aproximadamente R\$ 4,6 milhões estão bloqueados, ou quase 56% do total previsto na Lei Orçamentária Anual 2019, aprovada pelo Congresso e integrando parte do planejamento da universidade para este ano”, destacou a UnB.

A instituição aponta as despesas mais impactadas pelo corte. São elas: pagamento de energia elétrica, de combustível para veículos, realização de transporte de estudantes entre os campi, serviços de limpeza e conservação, Restaurante Universitário, vigilância, coleta de entulho e de resíduos perigosos, tratamento de animais, entre outras.

Sem dinheiro, a universidade diz que encontra dificuldades para renovar contratos, investir em laboratórios e cumprir medidas de segurança emitidas pelo Corpo de Bombeiros sobre os prédios da instituição, por exemplo. “Como o MEC está ciente da situação, a expectativa é o desbloqueio dos recursos para que a UnB possa honrar compromissos contratuais e seguir executando seu planejamento acadêmico e científico, com base na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional”, frisou a instituição, em nota divulgada após o lançamento do Future-se, em 17 de julho. (Com informações da Secom-UnB)

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

É falso que Conad era aparelhado; atas comprovam a diversidade de opiniões
Reuniões mostram que representantes da sociedade civil que faziam parte do
Conad possuíam diversidade de posicionamentos em relação às políticas de drogas

São Paulo — Diferentemente do que afirma postagem que viralizou nas redes sociais, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (Conad) não era aparelhado por membros da sociedade civil. A análise das atas e registros das reuniões de 2006 a 2018 mostra que seus integrantes apresentavam opiniões diversas sobre diferentes pontos da política de drogas.

No texto viralizado, consta que “os chamados ‘especialistas’ e grupos da ‘sociedade’, que aparelhavam o Conad (Conselho Nacional de Política sobre Drogas), foram dissolvidos pelo governo Bolsonaro.” Ele ainda afirma que esse aparelhamento contava com “médicos, juristas, psicólogos, cientistas e antropólogos”.

Como verificamos

Para verificar se existia aparelhamento no Conad, o Comprova leu e analisou mais de 30 atas e registros das reuniões realizadas de 2006 a 2018. Também foram consultadas as resoluções do conselho e seu regimento. Além disso, os verificadores solicitaram posicionamentos oficiais dos representantes das categorias profissionais e do terceiro setor e entrevistaram alguns dos ex-conselheiros. [Os links para esses documentos estão no final deste post].

Segundo a postagem, “as políticas dos governos passados apoiavam – e ainda apoiam — a liberação e o consumo das drogas no Brasil”. De fato, as atas mostram que havia membros do Conad que defendiam a descriminalização das drogas, no entanto, a posição não era majoritária nem chegou a ser tema de votação no conselho em todo período analisado.

Desde 2006, após um decreto do governo Lula, o Conad passou a ter 27 cadeiras, das quais 13 foram destinadas a representantes da sociedade civil — oito privativas de determinados grupos e conselhos profissionais e quatro que eram indicadas pelo governo para mandatos de dois anos.

Em 22 de julho de 2019, o atual presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto nº 9.926, que reduziu a participação de representantes da sociedade civil no Conad. Qual era posição da sociedade civil em relação à descriminalização das drogas

Dentre os oito grupos que possuíam cadeiras fixas no Conad, dois (o Conselho Federal de Serviço Social e a União Nacional dos Estudantes) se posicionam abertamente a favor da descriminalização das drogas. Apenas um deles se declarou abertamente contra: o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Em resposta ao Comprova, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Enfermagem (CFE) afirmaram em nota não ter posicionamento consolidado sobre o tema. Pela análise das atas, não foi identificado posicionamento das entidades quanto à descriminalização.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tampouco se posicionaram abertamente quanto ao tema nas reuniões. O Comprova entrou em contato com as três organizações repetidas vezes, no entanto, até a publicação desta reportagem, o CFP não respondeu à pergunta quanto à descriminalização e não houve retorno da CNE e da SBPC.

Apesar de não se manifestarem quanto à descriminalização, em reunião de 2009, o representante da SBPC Elisaldo Luiz de Araújo Carlini defendeu o uso medicinal da cannabis e, em setembro de 2015, o representante do CFP propôs este tema para discussão.

Conforme consta em ata de 15 maio de 2012, a secretária-executiva do Conad à época sugeriu a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema. Na ocasião, o então representante da Polícia Federal no Conselho disse que não julgava interessante participar do GT, devido ao posicionamento da PF quanto ao tema. “Acho que fica mais tranquilo a discussão sem a nossa presença, vamos colocar assim. Tudo bem?”

Em resposta, o então representante do Conselho Federal de Medicina afirmou que, independentemente da posição, a participação do órgão era importante. “O trabalho consiste na discussão de vieses e dos cenários possíveis”, disse.

Nessa mesma reunião, o médico ainda questionou o conteúdo de gibis feitos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). De acordo com a ata, o médico afirmou que existia “anuência para a liberação da maconha e a ‘satanização’ do crack” no encarte. A secretária respondeu que o Senad possuía materiais específicos a respeito da maconha.

Entre os representantes do meio artístico o único que chegou a se pronunciar a respeito do tema foi o ator Marcos Frota, que, em reunião em 28 de agosto de 2012, registrou ser contra a liberação das drogas.

Como os representantes da sociedade civil eram renovados ao longo do tempo, o Comprova entrou em contato apenas com os membros que faziam parte do conselho neste ano e foram excluídos pelo decreto de Bolsonaro.

Quais foram as decisões do Conad desde 2006

Ao todo, o Conad teve três resoluções oficiais desde 2006. A primeira delas, no entanto, não passou pelo crivo dos representantes da sociedade civil.

Apesar de ter sido publicada oficialmente em 2010, a decisão do Conad favorável ao uso da Ayahuasca para fins religiosos foi tema de votação no conselho em 6 de dezembro de 2006. Antes, portanto, da primeira reunião em que a sociedade civil passou a fazer parte da composição do Conad, em 27 de junho de 2007.

Comunidades terapêuticas

A segunda resolução do Conad, publicada em 2015, trata do marco regulatório das comunidades terapêuticas, categoria de organização que trata dependência química e que passou a constar na Política Nacional de Drogas no governo Bolsonaro. A questão foi tema de diversas reuniões do Conad.

Comunidades terapêuticas são entidades privadas sem fins lucrativos. Elas se diferenciam de outros serviços de atendimento a pessoas nessas condições por promoverem terapias que incluem trabalho e práticas religiosas, como rezas. As comunidades terapêuticas têm a meta de fazer com que o usuário problemático de drogas se torne abstêmio e se reintegre socialmente.

Ao mesmo tempo em que o Conad contava com representantes da sociedade civil, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que se colocaram repetidamente contra a transferência de recursos públicos para essas instituições, as duas cadeiras reservadas ao terceiro setor foram majoritariamente ocupadas por pessoas ligadas a organizações de comunidades terapêuticas.

Exemplos disso são a Fazenda da Esperança, o Conselho Estadual de Comunidades Terapêuticas, a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract) e a Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact).

Durante os doze anos de trabalho do Conad, também ocuparam as cadeiras do terceiro setor organizações como o Sesi, o Sindicato dos Psicólogos de SP e a ONG Lua Nova.

Em março de 2014, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a regulamentação das comunidades terapêuticas. Após quase um ano de debates e duas audiências públicas, a resolução foi aprovada, com abstenção do representante do Ministério da Saúde. Não consta em ata quem votou a favor e quem votou contra a proposta.

Em 2016, a resolução foi questionada na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF) e revogada pelo próprio Conad. Isso porque, para o MPF, a decisão alterava a política de saúde, algo que não era da competência do conselho. Já no governo Temer, em 2018, após a União recorrer da decisão da justiça e conseguir uma sentença favorável, a resolução voltou a valer.

Política de abstinência

Ao longo dos doze anos de atas analisadas, foram identificadas discussões sobre políticas de abstinência em contraposição à política de redução de danos, que era defendida nos governos Lula e Dilma.

Ao contrário da abstinência, tratamentos que utilizam política de redução de danos não exigem necessariamente que os dependentes abandonem por completo o uso de drogas.

A terceira e última resolução do Conad, aprovada em março de 2018, antecipou parte das mudanças instituídas em 2019 pela nova Política Nacional de Drogas. Esta resolução se baseou no Projeto de Lei 37 apresentado em 2013 por Osmar Terra, na época deputado federal.

Segundo notícia publicada na época, no site do Ministério da Justiça, o texto aprovado consolidou uma guinada na política da abstinência no Brasil. “A orientação central da Política Nacional sobre Drogas deve considerar aspectos legais, culturais e científicos, em especial a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto a iniciativas de legalização de drogas”, diz um trecho da resolução.

De acordo com os registros, as categorias dos psicólogos, assistentes sociais e antropólogos se manifestaram repetidamente como sendo contrárias a políticas de abstinência. Em reunião de agosto de 2012, o representante do Conselho Federal de

Psicologia afirmou que “propostas de tratamento para qualquer tipo de droga, voltadas à abstinência como única possibilidade, estão fadadas ao fracasso”.

Ao mesmo tempo, representantes de comunidades terapêuticas, assim como médicos, no geral, se colocavam contra a redução de danos. O então representante do Conselho Federal de Medicina (CFM) afirmou em reunião de setembro de 2010 que alguns aspectos dessa política não atendiam à necessidade de se fazer uma repressão efetiva às drogas. “Muitas vezes a impressão é de que há um consentimento social, uma tolerância para o consumo das substâncias ilícitas”, disse.

Conforme consta em registro de reunião em outubro de 2016, após críticas ao marco regulatório aprovado pelo Conad, o então representante da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact), Egon Schlüter, afirmou: “não consta a palavra abstinência na resolução, nós lutamos pelo direito de a pessoa dependente escolher. O nosso atendimento é voluntário e a qualquer momento ela pode desistir”. Como explicou em entrevista ao Comprova, a Confenact é favorável à política de abstinência como objetivo final do tratamento e, à redução de danos apenas como meio de levar a pessoa ao tratamento.

O texto falso foi publicado pelo site Jornal da Cidade Online e, conforme dados do plugin Crowdtangle do Facebook, teve até a data de 6 agosto mais de 5,9 mil curtidas e 1,8 mil compartilhamentos na rede social. O material foi compartilhado por páginas como Direita São Paulo e Bolsonaro News BR.

Contexto

O decreto que reduziu a participação da sociedade civil no Conad foi publicado um mês depois da aprovação pelo Senado de projeto que promoveu alterações na política nacional de drogas.

Entre as mudanças estão a incorporação das comunidades terapêuticas ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e a volta da abstinência como objetivo do tratamento da dependência química. O projeto é de 2013 e de autoria do ex-deputado federal e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra.

Ao longo dos anos, os representantes do Conad debateram inúmeras vezes sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas e também sobre as políticas de redução de danos e de abstinência. Como o Comprova verificou, não havia consenso entre os conselheiros nesses temas.

Em 2016, Osmar Terra passou a representar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no Conad e, conforme consta em ata, fez críticas à política de drogas então em vigor: “O problema nosso é que a nossa lei é uma lei mal feita, ela é uma lei de ideias liberais”.

Figura-chave para aprovação da resolução do Conad de 2018, que já definia a política de abstinência como prioridade antes de ela se tornar lei, foi ele quem apresentou o texto da resolução ao Conselho e reiterou, inúmeras vezes, a urgência de deliberação. “Precisamos dar uma resposta à sociedade, não podemos mais adiar essa decisão, temos que avançar, dar um passo adiante”, afirmou, segundo consta em ata.

Em reunião em 1º de fevereiro de 2018, parte dos representantes da sociedade civil se colocou contra a votação da proposta. A representante do CFESS defendeu realização de audiências e consultas públicas para debater o tema com a população. A SBPC e a CNE alertaram para ausência de mecanismos para aprimorar a política de drogas que envolvessem áreas da educação. As organizações criticaram, ainda, a falta de pesquisas para embasar as discussões da proposta. Já a Confenact defendeu que a votação não fosse interrompida, uma vez que o conteúdo da proposta já havia sido divulgado.

Após um pedido coletivo de vista, o Conad adiou a votação, que foi realizada em 1º de março de 2018. A resolução foi aprovada por 16 votos a favor e quatro contra. Desde então, o Conad só se reuniu uma vez, em junho de 2018.

Categorias da sociedade civil que deixaram de fazer parte do Conad

Conselhos com direito a indicar um representante:

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)
Conselho Nacional de Educação (CNE)
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
União Nacional dos Estudantes (UNE)

Representantes indicados pelo próprio Governo (mandato de dois anos)

2 representantes do terceiro setor
representante do meio artístico
representante da imprensa
antropólogo

Onde acessar as atas das reuniões:

2006 a 2011 – no site da Controladoria Geral da União (CGU)
2011; 2012; 2017 e 2018 – no site do Ministério da Justiça
2013 a 2016 – disponibilizadas ao Comprova pela assessoria de imprensa do MJ (.zip)

*A checagem acima, investigada por EXAME, Folha de S.Paulo e Poder360, foi publicada pelo Projeto Comprova, uma coalizão de 24 veículos de mídia, incluindo EXAME, formada com o objetivo de combater a desinformação sobre políticas públicas federais. Você pode sugerir checagens por meio do número de WhatsApp (11) 97795-0022.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Nada mudou após liberação de R\$ 1 bi para educação, diz reitora da UFRJ

Mesmo após um acordo no Congresso Nacional para o desbloqueio de R\$ 1 bilhão para as universidades federais, o orçamento da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) permanece contingenciado --e, por falta de verba, atividades da instituição correm risco de paralisação já em setembro. É o que afirma a reitora da UFRJ, a professora Denise Pires de Carvalho.

"Nada mudou. Nós continuamos com o orçamento contingenciado mesmo após a liberação desse R\$ 1 bilhão", afirmou a reitora em entrevista ao UOL. "O que nós vemos é que aquilo que o ministro [da Educação, Abraham Weintraub] anunciou como um contingenciamento está se estabelecendo como um corte."

No fim de abril, o MEC (Ministério da Educação) anunciou um bloqueio linear de 30% dos recursos discricionários (isto é, que envolvem gastos como luz e água, mas não salários) para as universidades federais. O contingenciamento nessas instituições foi de R\$ 2,2 bilhões.

O desbloqueio de R\$ 1 bilhão dos recursos contingenciados para as federais foi uma das promessas do governo Bolsonaro para que a CMO (Comissão Mista de Orçamento) aprovasse, em junho, um crédito extra de R\$ 248,9 bilhões ao governo federal.

A liberação era necessária para que o governo não descumprisse a chamada "regra de ouro", que proíbe o Executivo de se endividar para pagar despesas correntes (como salários, benefícios sociais e manutenção de órgãos públicos). O descumprimento da regra pode abrir margem para um pedido de impeachment do presidente por crime de responsabilidade fiscal.

"Quando aquele R\$ 1 bilhão foi liberado pela Câmara, nós imaginamos que seria anunciado um descontingenciamento, mesmo que parcial, daqueles 30%. Mas nada aconteceu", diz a reitora.

Com um orçamento de custeio de R\$ 360 milhões, a UFRJ tem hoje um déficit de R\$ 170 milhões, além de R\$ 114 milhões do orçamento congelados pelo MEC. Carvalho, que assumiu a reitoria da UFRJ em julho, diz ter adotado um plano emergencial para contornar a limitação orçamentária.

A verba necessária para compra de materiais (como papel e canetas do tipo pilot para quadro branco) não foi repassada às unidades, que iniciaram as aulas na segunda-feira (5) mesmo sem esses recursos.

"A gente parou de pagar, por exemplo, diárias e passagens para participação em banca, participação em eventos como congressos. Estamos fazendo nosso dever de casa, que é cortar mesmo atividades que são importantes para a academia", afirma.

Mas ainda há contas em atraso --a luz, por exemplo, não é paga desde janeiro. Na segunda-feira (5), o MEC liberou R\$ 16 milhões para empenho pela UFRJ. Os recursos serão priorizados para o pagamento de serviços já prestados de alimentação e limpeza, contratos que, segundo a reitora, estavam "mais ameaçados" por estarem com mais atraso.

Sem conseguir repassar recursos para as unidades ligadas à UFRJ, Carvalho diz temer um "colapso". As unidades que correm mais riscos, segundo ela, são os hospitais universitários, que podem começar a sofrer paralisações a partir de setembro.

"Nesse caso, a questão da limpeza, da segurança e da alimentação são muito críticas. Os pacientes internados se alimentam, os hospitais precisam de instrumentos. Para mim,

isso é o mais crítico no momento", afirma.

"Não somos uma instituição só de ensino"

A reitora classifica como "dramática" a política de bloqueio linear do orçamento das federais, "sem entender as especificidades de cada uma dessas instituições".

"A UFRJ paga atrasados há muito tempo, a gente tem esse déficit acumulado", diz. "Se a nossa luz for cortada, isso impede o funcionamento de laboratórios, dos hospitais. São 1.200 laboratórios de pesquisa, é uma estrutura muito grande e que demanda muita verba", completa.

O orçamento total da UFRJ, que gira em torno de R\$ 3 bilhões, tem sido alvo de críticas de Weintraub. O valor, na avaliação do ministro, é muito alto.

Em entrevista ao UOL, Weintraub defendeu que o diploma de um aluno de universidade federal custa R\$ 450 mil ao contribuinte, enquanto o de um aluno da FGV (Fundação Getúlio Vargas) sai por menos de R\$ 150 mil.

"É natural que tenhamos o maior orçamento se ela é a maior federal", diz a reitora.

"Mesmo que a gente seja mais caro com relação, por exemplo, ao valor que ele acha que é gasto por aluno, nós temos esse valor maior porque não somos uma instituição só de ensino, a gente faz ensino, pesquisa e extensão", afirma Carvalho.

Ela diz ser impossível comparar universidades como a UFRJ com a FGV. "A FGV não tem hospital, não tem museu", afirma. "A faculdade de medicina tem uma quantidade de professores por aluno muito maior do que uma faculdade de economia ou de direito. Tem uma parte prática envolvida nas atividades da universidade que tem que ser levada em consideração nessa conta", diz.

Mesmo assim, ela diz que o investimento por diploma na UFRJ gira em torno de R\$ 200 mil. "Isso levando em consideração todos esses laboratórios, todos esses museus, todos os hospitais. Desse custo de R\$ 200 mil, nós não tiramos estrutura nenhuma", afirma a reitora.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC bloqueia R\$ 348 milhões em livros para a educação básica

O MEC (Ministério da Educação) decidiu que o bloqueio mais recente de seu orçamento, anunciado no final de julho, atingirá a educação básica. Ao todo, a pasta bloqueou R\$ 348.471.498 na "produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para educação básica".

A informação, publicada ontem no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), foi coletada e repassada ao UOL pela ONG Contas Abertas. Procurado, o MEC informou em nota que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidas para 2020.

No dia 30 de julho, o governo federal anunciou a decisão de bloquear R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento maior, de R\$ 1,442 bilhão, referente ao terceiro bimestre de 2019. Caberia ao ministério decidir onde seria o corte, que poderia ser diluído em diversas ações da pasta.

Secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco afirma que "o valor exato do bloqueio recém-anunciado foi idêntico ao valor bloqueado nos livros didáticos".

A decisão do governo volta a contrariar discurso do presidente, que em entrevista no mês de maio afirmou que não pretendia "cortar recurso por cortar". "A ideia é pegar e investir na educação básica", afirmou.

No mesmo mês, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou no plenário da Câmara dos Deputados que a educação básica está defasada. "Cinquenta por cento das nossas crianças passam pelo ensino fundamental sem aprender a ler, escrever e fazer conta", disse.

Este não é o único problema enfrentado pelo MEC. Ao todo, o governo bloqueou R\$ 6,1 bilhões da educação neste ano, maior corte entre a Esplanada dos Ministérios. Educação e empregos

"Essa é a prioridade do governo para o ensino básico?", questiona a professora Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV (Fundação Getulio Vargas). "Recebo essa informação com muita tristeza, porque o governo tinha acenado que a prioridade seria a educação básica. Fazia sentido porque o Brasil gasta pouco nesse setor."

Ela lembra que 81,7% dos alunos brasileiros estudam em escolas públicas. "Uma das boas coisas que o Brasil construiu ao longo dos anos foi justamente um programa sólido de livro didático e material de apoio aos professores", diz.

Costin afirma que as escolas já deixaram de receber livros no primeiro semestre. "Talvez esse seja o anúncio de um bloqueio já realizado, porque muitos professores não receberam seus livros no primeiro semestre. Várias editoras já tinham imprimido e não puderam entregar. Será ainda mais triste se esse for um corte adicional."

Para a diretora-executiva do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Mônica Gardelli Franco, o bloqueio não apenas impede que "os alunos de todas as escolas públicas, do fundamental ao médio, tenham material" como "mexe na economia produtiva do livro didático".

Ela afirma que a cadeia de empregos do setor deve ser afetada. "O livro didático é o maior volume de produção das editoras brasileiras. Toda a cadeia produtiva será afetada: o autor, a produção e a distribuição do material para escolas."

É uma pena. A gente está vendo a torneira fechar sem qualquer análise crítica sobre os impactos

Mônica Gardelli Franco, diretora-executiva do Cenpec

Outras verbas desbloqueadas

De acordo com as informações no Siafi, o governo desbloqueou outros R\$ 94,4 milhões referentes ao contingenciamento de abril. Voltam para o orçamento R\$ 1,7 milhão para apoio a entidades de ensino superior não federais e R\$ 21 milhões para a administração da tecnologia da informação.

Também foram desbloqueados R\$ 1,7 milhão para o plano estratégico de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, R\$ 26,5 milhões para o projeto Desafio da Sustentabilidade, R\$ 29,5 milhões para o gerenciamento orçamentário de polícias educacionais e R\$ 14 milhões para "despesas diversas".

"Os remanejamentos são de decisões anteriores", explica Castello Branco. "Os decretos estipulam apenas o valor a ser contingenciado por pasta. Internamente eles podem mover esses contingenciamentos como quiserem."

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu em Plenário, nesta terça-feira (6), maior incentivo à pesquisas e parcerias público-privadas com as universidades para desenvolvimento de startups que venham a melhorar o desempenho da atividade agrícola no país. O parlamentar defendeu que estudantes dos cursos de agronomia, veterinária, zootecnia, engenharia florestal, e engenharia agrícola, tanto na graduação como também na pós-graduação, estejam alinhados com essas novas demandas tecnológicas. Ele informou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, está elaborando um programa específico para agilizar pesquisas no meio rural.

São chamadas de startups as empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado, com ganhos rápidos e atingindo um grande número de clientes.

Defensivos agrícolas

Heinze também lamentou a veiculação, no último fim de semana, de um episódio do programa humorístico, Zorra, da TV Globo, com uma paródia sobre a desburocratização de defensivos agrícolas pelo governo federal nos últimos meses. Segundo ele, a animação que foi ao ar em horário nobre atacou de forma equivocada os produtores rurais do Brasil.

— Retratar o alimento da maneira que foi feita é atentar contra o nosso próprio país. A nossa agropecuária, além de produzir alimentos para bem alimentar os cidadãos brasileiros — até mesmo os comediantes do Projac [Estúdios Globo] — produz com qualidade para exportar, para gerar riquezas e muitos empregos — disse.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou em julho um novo marco legal para a avaliação de riscos à saúde e classificação de agrotóxicos. Com a decisão, o Brasil passou a adotar o padrão usado por mais de 50 países, incluindo europeus: o Sistema Global de Classificação Harmonizado, conhecido como GHS. O registro ampliou a liberação de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 neste ano.

[topo](#)

AGROSOFT - TEMPO REAL

HEINZE DEFENDE INCENTIVO ÀS UNIVERSIDADES PARA STARTUPS DO SETOR AGRÍCOLA

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu em Plenário, nesta terça-feira (6), maior incentivo à pesquisas e parcerias público-privadas com as universidades para desenvolvimento de startups que venham a melhorar o desempenho da atividade

agrícola no país. O parlamentar defendeu que estudantes dos cursos de agronomia, veterinária, zootecnia, engenharia florestal, e engenharia agrícola, tanto na graduação como também na pós-graduação, estejam alinhados com essas novas demandas tecnológicas.

Ele informou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, está elaborando um programa específico para agilizar pesquisas no meio rural.

São chamadas de startups as empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado, com ganhos rápidos e atingindo um grande número de clientes.

Heinze também lamentou a veiculação, no último fim de semana, de um episódio do programa humorístico, Zorra, da TV Globo, com uma paródia sobre a desburocratização de defensivos agrícolas pelo governo federal nos últimos meses. Segundo ele, a animação que foi ao ar em horário nobre atacou de forma equivocada os produtores rurais do Brasil.

— Retratar o alimento da maneira que foi feita é atentar contra o nosso próprio país. A nossa agropecuária, além de produzir alimentos para bem alimentar os cidadãos brasileiros — até mesmo os comediantes do Projac [Estúdios Globo] — produz com qualidade para exportar, para gerar riquezas e muitos empregos — disse.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou em julho um novo marco legal para a avaliação de riscos à saúde e classificação de agrotóxicos. Com a decisão, o Brasil passou a adotar o padrão usado por mais de 50 países, incluindo europeus: o Sistema Global de Classificação Harmonizado, conhecido como GHS. O registro ampliou a liberação de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 neste ano.

topo 

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Em novembro, Rede Bionorte organiza 1º Congresso de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia

Para a soma de esforços, criação de oportunidades e interação entre a academia e os setores empresarial e governamental, a Rede Bionorte realizará, de 6 (quarta-feira) a 8 (sexta-feira) de novembro, o 1º Congresso de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia paralelo ao IV Workshop de Interação ICTs & Empresas. O evento ocorrerá no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, localizado na avenida Constantino Nery, 5.001, bairro Flores, zona centro-oeste, em Manaus.

Segundo o coordenador do Polo Amazonas do Programa de Pós-Graduação da Rede (PPG-Bionorte), professor Jair Furtunato Maia, 68 institutos de ciência e tecnologia (ICTs), incluindo a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), realizarão o evento. “Esperamos fazer com que a academia, a sociedade e o setor empresarial possam interlocutar e, a partir daí, possam entender os anseios e as dificuldades de cada setor, e juntos possam delinear uma proposta de agenda positiva para a área da bioeconomia/biotecnologia”, disse.

O congresso, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), contará com simpósios, mesas-redondas, minicursos, apresentação de trabalhos e rodada de negócios, fortalecendo as ICTs dos nove estados da Amazônia Legal que compõem a Rede e seu doutorado.

Para mais informações, acesse o link bionorte.org.br

A Rede Bionorte – Criada em 2008, através da portaria nº 901 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte) visa acelerar a formação de recursos humanos, além de integrar competências capazes de gerar conhecimentos, processos e produtos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

topo ↕

PORTAL DO MAGISTRADO - TEMPO REAL

Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola — Senado Notícias

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu em Plenário, nesta terça-feira (6), maior incentivo à pesquisas e parcerias público-privadas com as universidades para desenvolvimento de startups que venham a melhorar o desempenho da atividade agrícola no país. O parlamentar defendeu que estudantes dos cursos de agronomia, veterinária, zootecnia, engenharia florestal, e engenharia agrícola, tanto na graduação como também na pós-graduação, estejam alinhados com essas novas demandas tecnológicas. Ele informou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, está elaborando um programa específico para agilizar pesquisas no meio rural.

São chamadas de startups as empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado, com ganhos rápidos e atingindo um grande número de clientes.

Defensivos agrícolas

Heinze também lamentou a veiculação, no último fim de semana, de um episódio do programa humorístico, Zorra, da TV Globo, com uma paródia sobre a desburocratização de defensivos agrícolas pelo governo federal nos últimos meses. Segundo ele, a animação que foi ao ar em horário nobre atacou de forma equivocada os produtores rurais do Brasil.

— Retratar o alimento da maneira que foi feita é atentar contra o nosso próprio país. A nossa agropecuária, além de produzir alimentos para bem alimentar os cidadãos brasileiros — até mesmo os comediantes do Projac [Estúdios Globo] — produz com qualidade para exportar, para gerar riquezas e muitos empregos — disse.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou em julho um novo marco legal para a avaliação de riscos à saúde e classificação de agrotóxicos. Com a decisão, o Brasil passou a adotar o padrão usado por mais de 50 países, incluindo europeus: o Sistema Global de Classificação Harmonizado, conhecido como GHS. O registro ampliou a liberação de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 neste ano.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte Oficial: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/06/heinze-defende-incentivo-as-universidades-para-startups-do-setor-agricola>.

Os textos, informações e opiniões publicados neste espaço são de total responsabilidade do(a) autor(a). Logo, não correspondem, necessariamente, ao ponto de vista do Portal do Magistrado.

topo ↕

FOLHA NOBRE - TEMPO REAL

Heinze defende incentivo às universidades para startups do setor agrícola — Senado Notícias

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu em Plenário, nesta terça-feira (6), maior incentivo à pesquisas e parcerias público-privadas com as universidades para desenvolvimento de startups que venham a melhorar o desempenho da atividade agrícola no país. O parlamentar defendeu que estudantes dos cursos de agronomia, veterinária, zootecnia, engenharia florestal, e engenharia agrícola, tanto na graduação como também na pós-graduação, estejam alinhados com essas novas demandas tecnológicas. Ele informou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, está elaborando um programa específico para agilizar pesquisas no meio rural.

São chamadas de startups as empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado, com ganhos rápidos e atingindo um grande número de clientes.

Defensivos agrícolas

Heinze também lamentou a veiculação, no último fim de semana, de um episódio do programa humorístico, Zorra, da TV Globo, com uma paródia sobre a desburocratização de defensivos agrícolas pelo governo federal nos últimos meses. Segundo ele, a animação que foi ao ar em horário nobre atacou de forma equivocada os produtores rurais do Brasil.

— Retratar o alimento da maneira que foi feita é atentar contra o nosso próprio país. A nossa agropecuária, além de produzir alimentos para bem alimentar os cidadãos brasileiros — até mesmo os comediantes do Projac [Estúdios Globo] — produz com qualidade para exportar, para gerar riquezas e muitos empregos — disse.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou em julho um novo marco legal para a avaliação de riscos à saúde e classificação de agrotóxicos. Com a decisão, o Brasil passou a adotar o padrão usado por mais de 50 países, incluindo europeus: o Sistema Global de Classificação Harmonizado, conhecido como GHS. O registro ampliou a liberação de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 neste ano.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

URURAU - TEMPO REAL

Abertas inscrições de Mestrado na UFRJ-Macaé

Estão abertas até sábado (10/08) as inscrições online para o preenchimento de dez vagas no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (PPGEF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-campus Macaé), vinculado ao Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF). A turma iniciará o período letivo em 2020. O Mestrado

destina-se a professores de física do Ensino Médio e de ciências do Ensino Fundamental, sem exigência de licenciatura em física, e há possibilidade de bolsa de estudos para docentes efetivos, ou seja, permanentes e em exercício, da rede pública do ensino básico.

O mestrado, também chamado de Profis, é um programa em rede nacional de pós-graduação (*strictu sensu*), nível 4, presencial, e um dos polos é a UFRJ-Macaé que iniciou as atividades em 2014. O programa é fruto de parceria da Sociedade Brasileira de Física (SBF), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e diversas universidades do país. O objetivo é capacitar uma fração significativa de professores quanto ao domínio de conteúdos de Física e de técnicas atuais de ensino-aprendizagem em sala de aula. O edital do processo seletivo, bem como o cronograma, local de provas, linhas de pesquisa e o link para as inscrições estão disponíveis no site do PPGEF <http://www.macaue.ufrj.br/ppgef>.

São quase 60 polos em todo o território nacional. O PPGEF é associado ao MNPEF como polo 27 (UFRJ-Macaé) que já formou, até o momento, 15 mestres em ensino de física, com a missão de transformar para melhor a realidade do ensino em Macaé e vizinhança. Estima-se que mais de 5000 jovens do ensino básico, nas regiões Norte (Macaé), Serrana e Lagos do Estado do Rio de Janeiro, tenham sido impactados (direta e indiretamente) pelas novas técnicas e tecnologias de ensino.

As linhas de pesquisa são em três vertentes: física no Ensino Fundamental área de concentração; física na Educação Básica Desenvolvimento de produtos e formas de abordagem visando conteúdos de Física adequados a estudantes do Ensino Fundamental. Além disso, física no Ensino Médio Área de concentração: Física na Educação Básica Atualização do currículo de Física para o Ensino Médio de modo a contemplar resultados e teorias da Física Contemporânea. Está prevista também a abordagem de Processos de Ensino e Aprendizagem e Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física Área de concentração: Formação de professores de Física em nível de mestrado; Desenvolvimento de produtos e processos de ensino e aprendizagem que utilizem tecnologias de informação e comunicação tais como aplicativos para computadores, mídia para tablets, plataforma para simulações e modelagem computacionais, aquisição automática de dados, celulares e redes sociais.

O processo terá duas etapas com prova escrita, no dia 15 de setembro, Exame de Proficiência de Língua Inglesa, em 28 de outubro, e prova de defesa de memorial, de 29 de outubro a primeiro de novembro, conforme a ordem das apresentações. O resultado final será divulgado em 28 de novembro, período de matrícula de 10 a 14 de fevereiro de 2020 e o início das aulas ainda será divulgado.

topo ↕

ECOAMAZÔNIA - TEMPO REAL

Importância das línguas tradicionais é tema de evento sobre educação escolar indígena no Amazonas

Discutir a importância das línguas tradicionais para a educação escolar indígena. Com esse objetivo, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) promoveram a Semana Acadêmica dos cursos de Pedagogia Intercultural Indígena (UEA) e Formação de Professores Indígenas (UFAM), no campus da UFAM em Benjamin Constant, oeste do Estado do Amazonas.

Especialistas, educadores e universitários indígenas de ambas as instituições de ensino se reuniram para debater sobre a formação de professores indígenas, com foco no uso das línguas tradicionais faladas nas comunidades indígenas da região. Realizada entre os dias 30 de julho e 1º de agosto, a Semana Acadêmica contou com 53 representantes das etnias Kanamari, Marubo, Matsés, Tikuna, Kokama e Kambeba, do Vale do Javari e Alto Solimões.

Apenas nas 65 aldeias da Terra Indígena Vale do Javari estão matriculados aproximadamente 1.600 estudantes no ensino fundamental da rede municipal. Já o número de estudantes matriculados nos 15 municípios abrangidos pela Coordenação Regional Alto Solimões é de difícil estimativa, salienta a coordenadora regional da Funai, Mislene Martins Mendes. “São duas imensas regiões: Alto e Médio Solimões, totalizando 85 mil indígenas de 18 etnias distintas. Por essa razão, a estimativa de alunos atendidos pela educação escolar indígena é bastante complexa”, afirma.

Por meio da CR Alto Solimões, a Funai apoiou a participação de representantes da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB), uma das primeiras associações indígenas do Brasil que iniciaram discussões e mobilização pelo acesso à educação escolar indígena realizada por professores nativos. Com recursos da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável/Funai), a CR Vale do Javari forneceu transporte aos 35 professores indígenas que se deslocaram até a cidade de Benjamin Constant/AM.

Em relação à capacitação de professores, Mislene afirma que é uma demanda antiga dos povos indígenas da região “ter em suas escolas professores indígenas com formação superior a fim de fortalecer não apenas a escolarização dos alunos indígenas, mas também fortalecer os processos próprios de educação comunitária. O acesso à educação indígena está expresso na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que reconhece a necessidade de capacitação, intercâmbios e formação de indígenas em termos de conhecimentos para gestão territorial e ambiental”, conclui.

pedag b ed

Feira de artesanato indígena durante a Semana Acadêmica na UFAM em Benjamin Constant/AM

De acordo com a chefe da Coordenação Regional Vale do Javari, Danielle Moreira Brasileiro, o curso superior de Pedagogia Intercultural Indígena surgiu a partir de um seminário de promoção e proteção social organizado pela CR no ano de 2013. “Naquele evento, foi discutida a proposta de se criar o curso de formação para os professores indígenas em nível superior. Desde então, as lideranças indígenas têm demandado outras ações. Por isso, a Funai e a UEA construíram a proposta da Semana Acadêmica com o objetivo de promoverem uma formação extracurricular dos indígenas para além da sala de aula”, relata Danielle Brasileiro.

Para a coordenadora do curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA, Célia Aparecida Bettiol, a formação de professores indígenas tem uma implicação direta no desenvolvimento da educação escolar indígena. “Esse profissional vai atuar diretamente com as turmas de primeiro ao quinto ano, com as crianças nos anos iniciais da escola. Ele vai trabalhar com o fortalecimento da língua, com a cultura e os saberes tradicionais desses povos. Isso é um enriquecimento muito grande tanto para os povos indígenas

quanto para as instituições envolvidas”, ressalta a professora.

pedag e ed

Célia Bettiol avalia que ações como a Semana Acadêmica “tem possibilitado à UEA oferecer um curso com qualidade, e que tenha ênfase na alfabetização em língua indígena e produção de material didático, sendo o idioma português ensinado como língua adicional”. A professora lembra a importância dos debates realizados durante a Semana Acadêmica por se tratar do Ano Internacional das Línguas Indígenas.

A Semana Acadêmica foi resultado da parceria entre a Fundação Nacional do Índio, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Secretaria de Educação da Prefeitura de Atalaia do Norte/AM, e a Secretaria Municipal de Educação de Benjamin Constant/AM; com apoio do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo ↕

FUNDACRED - TEMPO REAL

CAPES apresenta ações em apoio à inovação

Ações estratégicas de inovação desenvolvidas pela **CAPES** foram apresentadas na sexta-feira, 2, por **Anderson Correia**, durante reunião do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que reuniu cerca de 200 representantes de empresas, instituições governamentais e convidados, em São Paulo.

No encontro organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da **CAPES** falou sobre os programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA), o Talentos para Inovação, o Institucional de Internacionalização (**CAPES-Print**) e ações que fazem interação com o setor privado.

Outro tema destacado por **Anderson Correia** foi o funcionamento da nova metodologia de avaliação dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior. Esta passa a ser multidimensional, e tem como um de seus critérios o impacto sobre a inovação.

Programas

O Programa Talentos para Inovação é uma parceria entre a **CAPES** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC), destinada a apoiar a capacitação e inserção de profissionais especializados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) executados em unidades e polos Embrapii.

O PROCAD-DEFESA estimula projetos conjuntos, possibilitando a produção de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de defesa nacional. A iniciativa envolve a participação de Organizações Militares (OM) e Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, cuja missão esteja associada aos projetos de pesquisa propostos, além de Centros de Estudos Estratégicos e ICTs que, de forma articulada, desenvolvam programas de pesquisa sobre assuntos relativos à Defesa Nacional.

O Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-Print) vem para estimular a formação de redes de pesquisas internacionais, ampliar ações de apoio à internacionalização na pós-graduação e aprimorar a qualidade da produção acadêmica deste segmento. Além disso, pretende facilitar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas.

Fonte: CCS CAPES

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC bloqueia R\$ 348,4 milhões para compra, produção e distribuição de livros didáticos

Medida ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho.

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões que deveriam ser aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica, área considerada prioritária pelo ministro Abraham Weintraub.

O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. Na época, o governo divulgou que o Ministério da Educação deveria bloquear justamente R\$ 348,47 milhões (24,1% do total).

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) e foram divulgados pela ONG Contas Abertas que, desde o anúncio do novo contingenciamento, monitora o sistema para saber quais áreas serão afetadas.

O G1 perguntou ao MEC qual a abrangência da medida, se deverá afetar estudantes que estão em aula ou se vai atingir as turmas do próximo ano, e também qual o cronograma para a produção de material didático.

O MEC informou que "a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020". Ainda de acordo com a pasta, "o Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento".

Os recursos contingenciados deveriam ir para obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, inclusive em formatos acessíveis. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e de estimular a leitura e a escrita na educação básica.

A educação básica inclui os ensinos infantil, fundamental e médio e a educação de jovens e adultos.

O contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até o dia 5, também inclui bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de

organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Contingenciamento no MEC

O MEC já havia anunciado um contingenciamento no final de março, quando o governo determinou o bloqueio de R\$ 5,8 bilhões em Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares.

Em abril, o MEC disse que iria reter R\$ 1,7 bilhão dos orçamentos das universidades. O bloqueio ocorreu sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Despesas obrigatórias, como assistência estudantil e pagamento de salários e aposentadorias, não foram afetadas.

Na época, o ministro Abraham Weintraub esclareceu que não estava cortando o orçamento, e sim contingenciando, e que os recursos seriam liberados se a economia do país melhorasse.

Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores

Educação básica é prioridade do governo

Em abril, um mês após assumir o MEC depois da exoneração do então ministro Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub disse em uma audiência na Comissão de Educação no Senado que a prioridade da sua gestão é a Educação Básica. O mesmo vinha sendo afirmado pelo presidente Jair Bolsonaro desde a eleição.

MEC vai priorizar educação básica, resultados e reconhecimento por mérito, diz ministro no Senado

Em julho, o MEC divulgou o "Compromisso Nacional pela Educação Básica", o documento que deve nortear as ações do governo na área.

O texto inclui pontos como a construção de 4,9 mil creches até 2022, ampliação da carga horária de escolas públicas para diminuir a evasão escolar, acesso à internet em escolas rurais, implantação de colégios cívico-militares e formação de professores da educação básica por meio de ensino a distância.

Os dados mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apontam que 7 em cada 10 alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática.

Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais não concluiu a educação básica, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018.

[topo](#)

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

CONECTI integra dados nacionais de educação, ciência, tecnologia e inovação

Será assinada nesta quarta-feira, 07, em Brasília, a formação do Conecti Brasil, o Consórcio Nacional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação que integra diversos dados por meio de uma plataforma digital. O objetivo é garantir a oferta de serviços digitais a todo o ambiente de pesquisa, passando por universidades e financiadores, que

produzam e compartilhem dados. Estão envolvidos pesquisadores, professores, instituições e agências de fomento. Produtos científicos, como teses, dissertações, livros e artigos, projetos, eventos e prêmios também compõem esse universo de informações.

A ideia do consórcio nasceu em 2018 quando seis instituições formaram uma parceria para contratação dos serviços de identificador digital de pesquisadores (ORCID – Open Researcher and Contributor ID), em escala nacional. Integram o Conecti a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

No âmbito do CNPq, essa é uma das iniciativas que buscam aprimoramento e modernização da Plataforma Lattes por meio da oferta de novos serviços e parcerias e integração de dados com outras agências e surge em um momento histórico, no mês em que a Plataforma completa 20 anos de criação. Considerada uma das iniciativas mais importantes do CNPq, a Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação. Uma premissa de seu funcionamento, a disponibilização pública dos dados da Plataforma na Internet permite maior transparência e mais confiabilidade das informações registradas, por meio do controle social. Além disso, a Plataforma Lattes tem também o importante papel de preservar a memória da atividade de pesquisa no país.

O CONECTI

O objetivo inicial da contratação firmada no ano passado era oferecer aos participantes os benefícios de uma plataforma que fornecesse um identificador persistente de pessoas e serviços essenciais à apropriada gestão da atividade de pesquisa, como recuperação automática de dados de publicações das principais bases de dados. Além disso, que evitasse a duplicidade de informações requeridas para a devida associação com seus respectivos autores e instituições.

Com o andamento do trabalho, a equipe percebeu que esse identificador seria apenas uma das etapas para se preencher com qualidade, na velocidade e com a abrangência desejadas, a lacuna existente de dados. A decisão dos parceiros foi expandir as atividades e assim criou-se o Conecti.

Entre os objetivos estão a inserção e utilização de dados dos principais sistemas nacionais de informação de pesquisa das instituições participantes, como as plataformas Sucupira, Lattes, Oasis, BDTD e CONFAP-CRIS. Pretende, ainda, acelerar a geração e oferta de dados com qualidade e facilitar o estabelecimento de novos acordos e

parcerias internacionais em moldes similares ao do estabelecido com ORCID. Outra finalidade é acentuar a visibilidade e a capacidade de descoberta dos agentes produtores e promotores de ciência nacionais.

Dirigentes das seis instituições parceiras do CONECTI falam das expectativas do consórcio e das ações que já estão em desenvolvimento:

ANDERSON CORREIA, PRESIDENTE DA CAPES

Expectativas: O Conecti proporcionará oportunidades de ganhos significativos de eficiência e economia de esforços à comunidade científica e a possibilidade para que as instituições disponham de informações abrangentes que auxiliem a melhor gerir suas atividades e recursos de ensino e pesquisa. Com isso, há benefícios em tempo e divulgação das pesquisas. Para a sociedade em geral, o consórcio representa acesso a mais conhecimento, melhor transparência na prestação de contas e maior visibilidade internacional para o País.

Ações da **CAPES**: O primeiro serviço oferecido no âmbito do CONECTI é a possibilidade de acesso aos sistemas da **CAPES** utilizando o ORCID. Isso irá garantir a identificação correta do pesquisador, inclusive os estrangeiros, nas bases de dados, o que é o primeiro passo para prosseguir com as demais ações de coleta automática de dados.

Além disso, estão em discussão ações de integração da Plataforma Sucupira com o Lattes do CNPq e com o Banco de Teses e OASIS-BR do IBICT .

JOÃO LUIZ FILGUEIRAS DE AZEVEDO, PRESIDENTE DO CNPq

Expectativas: Vejo nesse consórcio uma excelente oportunidade para uma atuação mais inteligente das agências de fomento brasileiras, trazendo mais racionalidade e economicidade num cenário tão desfavorável. Contamos com dezenas de instituições que financiam pesquisa em nível federal e estadual, além de empresas. Com esse emaranhado de informações e sistemas, o CONECTI pretende ampliar as cooperações em prol da diminuição da burocracia e fragmentação com a utilização dos mais diversos identificadores de pessoas, instituições, projetos de pesquisa e produções científicas e tecnológicas (CPF, CNPJ, ORCID, ISNI, RingGold, Researcher ID etc), fornecendo melhores serviços aos pesquisadores. Espera-se que, com a visão mais ampla dos financiamentos e melhor mapeamento de resultados obtidos, sejamos mais capazes de dar respostas assertivas à imprensa e ao público em geral, fazendo com que o setor de educação, ciência, tecnologia e inovação se fortaleça.

Ações do CNPq: Dentro desse esforço, foi recentemente implementada no Lattes a possibilidade de inserção do ORCID, o que permitirá em breve que muitas informações sejam automaticamente recuperáveis de outras bases, sem a necessidade de novo preenchimento pelo pesquisador. Mesma lógica vale para a colaboração com o IBICT , com a integração com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e com o Portal de Acesso Aberto OASIS-BR. Por exemplo, quando uma tese for depositada na BDTD, o pesquisador receberá uma notificação em seu CV Lattes para validar a informação já existente (certificação) ou incluí-la caso se trate de nova titulação (autopopulação) Outros projetos estão sendo estudados, que envolvem o Diretório de Instituições (DI) e o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP).

ABEL PACKER, DIRETOR DA SCIELO

Expectativa: O CONECTI contribuirá para estruturar a interoperabilidade entre as instâncias, processos e conteúdos da produção científica do Brasil. Contribuirá para o melhoramento das capacidades e infraestruturas em gestão de informação e comunicação científica que se traduzirá em maior reconhecimento e visibilidade da pesquisa do Brasil.

Ações da SCIELO: A ação principal que o Programa SciELO vem desenvolvendo no contexto do CONECTI é a exigência de identificação do ORCID dos autores dos artigos de periódicos indexados na coleção SciELO, o que viabiliza a plena interoperabilidade e visibilidade dos autores e das suas pesquisas. Ações complementares se referem a serviços de interoperabilidade com instâncias internacionais.

NELSON SIMÕES DA SILVA, DIRETOR DA RNP

Expectativa: Ao integrar os principais agentes promotores da ciência brasileira, o consórcio permitirá otimizar a gestão de dados da pesquisa e de pesquisadores: (1) reduzindo o tempo de registro atualmente realizado em múltiplas fontes, (2) proporcionando a melhoria da qualidade dos dados disponíveis e, conseqüentemente, (3) garantindo a geração de conhecimento da Ciência no país de forma mais sistêmica para melhor subsidiar políticas públicas.

A Plataforma ConectiBR proporcionará ao ecossistema de pós-graduação e ciência brasileiro oportunidades de ganho significativo de eficiência e economia através da geração e oferta aberta de informações abrangentes, precisas e atualizadas sobre todas as entidades e agentes que produzem ou fomentam ciência no Brasil. Serão dados sobre pesquisadores, instituições, projetos e seus, respectivos, produtos científicos. Tais dados auxiliarão agências governamentais, organizações de ensino, de fomento e até o pesquisador individual a melhor gerir e planejar suas atividades e recursos.

Dessa fonte de dados fundamentais, novos serviços de informação e de apoio à decisão poderão ser mais fácil e rapidamente desenvolvidos pelas instituições, de forma inclusiva, colaborativa e aberta, quiçá pela própria comunidade acadêmica e científica.

Para a RNP, mais do que uma plataforma tecnológica, o grande desafio é a criação de um modelo de dados que apoie e integre todos os agentes envolvidos, de forma a garantir informações integradas, acessíveis e confiáveis de órgãos de fomento, projetos e pesquisadores. Tal desafio só poderia ser superado por meio do esforço conjunto, no âmbito do consórcio CONECTI, onde todos juntos se unem para resolver o que não poderia ser resolvido por um ator sozinho.

Ações da RNP: A RNP como membro técnico do CONECTI vem desenvolvendo uma solução para integrar os sistemas dos entes do consórcio com a plataforma ORCID (Open Researcher and Contributor ID). Exemplos desses sistemas são: a Plataforma Sucupira da Capes; a Plataforma Lattes do CNPq; o OASIS do IBICT; o CONFAP-CRIS do CONFAP. Essa solução integradora, por meio do ORCID, permitirá inicialmente recuperar, cadastrar e/ou atualizar os dados de currículo do pesquisador. A solução está hospedada na infraestrutura da RNP bem como os dados. Essa abordagem

foi adotada para garantir que todos os membros tenham a mesma versão do sistema de integração com o ORCID.

CECÍLIA LEITE, DIRETORA DO IBICT

Expectativa: Nossa expectativa, hoje, não difere daquela acordada nas reuniões em que participei voltadas à constituição do Consórcio ORCID, isto é: que tenhamos um sistema de informação de financiamento de pesquisa que integre dados das agências de fomento, devidamente padronizados, capaz de interoperar com os sistemas existentes no IBICT e outros em desenvolvimento, como, por exemplo, a base de instituições e de editais. Ao final, esses sistemas integrarão o ecossistema nacional de informação de pesquisa (sistema de sistemas), isto é, o próprio BRICRIS. Esse grande sistema, fruto de 5 anos de estudos conceituais desenvolvidos pelo IBICT, será apoiado em padrões de interoperabilidade, sistemas de classificação de pesquisa, entre outros.

Ações do IBICT:

- ¿ Constituição de uma base de instituições padronizada, referência nacional para cadastro de instituições de ensino e pesquisa, de forma a promover a integração entre sistemas de informação, por meio de identificadores persistentes.
- ¿ Constituição de um modelo padronizado de editais de fomento à pesquisa, referência nacional para chamadas de financiamento, de forma a facilitar sua futura integração aos sistemas a eles vinculados.
- ¿ Integração da Plataforma Lattes ao OASISBR — o “Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto”, um repositório integrado da produção científica (que contém a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD).
- ¿ Constituição de um protótipo de sistema de informação contendo todos os módulos de um CRIS, utilizando registros do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que representam volume significativo de pesquisas e resultados em áreas de impacto no Brasil.

IVALDO FERREIRA VILELA, PRESIDENTE DO CONFAP

Expectativa: Esperamos que a integração de conteúdo das instituições que participam do consórcio promova uma racionalização de recursos e esforços, dando mais agilidade e qualidade aos processos de seleção e avaliação das políticas de fomento. Isto é particularmente importante na gestão dos convênios que as Faps realizam com outras instituições do Conecti.

Além disso, com informações integradas é possível consolidar os resultados gerados pelas pesquisas e inovações tecnológicas e demonstrar a importância deste setor para o desenvolvimento do país.

A maior transparência das informações sobre ciência e Tecnologia é outro resultado que poderá trazer grande impacto na forma como se faz gestão do sistema de CT&I, não apenas por demonstrar onde o recurso está sendo aplicado, mas também pelos benefícios que trará para a comunidade científica, uma vez que tornará mais claro o que está sendo desenvolvido por outros pesquisadores e qual a estrutura disponível para realização das pesquisas; poderá impactar a sociedade, na medida em que permitirá visualizar os resultados gerados nas pesquisas e a agências de fomento, pois fornece

subsídios para o aperfeiçoamento das suas políticas de fomento e estabelecimento de novas parcerias estratégicas.

Um resultado indireto, mas nem por isto menos importante, é a oportunidade que a participação no consórcio traz de se conhecer melhor os demais agentes do sistema de C,T&I: suas boas práticas, forma de operação, dificuldades e estratégias, o que será vital para estabelecimento de novas e frutíferas parcerias.

Ações do Confap: Enquanto signatário, o Confap participa ativamente dos encontros e decisões do ConectiBrasil. Além disto, está desenvolvendo, em parceria com a RNP, um sistema que integrará os dados das diversas Faps do país, permitindo uma visão detalhada do fomento realizado por estas agências. Uma vez concluído, este sistema poderá se integrar às demais plataformas do Conecti, permitindo uma visão global do fomento à pesquisa e inovação no país.

Com informações da CCS/CAPES

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

CAPES apresenta ações em apoio à inovação

Ações estratégicas de inovação desenvolvidas pela CAPES foram apresentadas na sexta-feira, 2, por **Anderson Correia**, durante reunião do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que reuniu cerca de 200 representantes de empresas, instituições governamentais e convidados, em São Paulo.

No encontro organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da CAPES falou sobre os programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA), o Talentos para Inovação, o Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt) e ações que fazem interação com o setor privado.

Outro tema destacado por **Anderson Correia** foi o funcionamento da nova metodologia de avaliação dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior. Esta passa a ser multidimensional, e tem como um de seus critérios o impacto sobre a inovação.

Programas

O Programa Talentos para Inovação é uma parceria entre a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC), destinada a apoiar a capacitação e inserção de profissionais especializados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) executados em unidades e polos Embrapii.

O PROCAD-DEFESA estimula projetos conjuntos, possibilitando a produção de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de defesa nacional. A iniciativa envolve a participação de Organizações Militares (OM) e Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, cuja missão esteja associada aos projetos de pesquisa propostos, além de Centros de Estudos Estratégicos e ICTs que, de forma articulada, desenvolvam programas de pesquisa sobre assuntos relativos à Defesa Nacional.

O Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt) vem para estimular a formação de redes de pesquisas internacionais, ampliar ações de apoio à internacionalização na pós-graduação e aprimorar a qualidade da produção acadêmica deste segmento. Além disso, pretende facilitar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

O desmantelamento da ciência brasileira no governo Bolsonaro

Cortes nas bolsas de pós-graduação e especiais, bloqueios de recursos dos ministérios relacionados e ataques a universidades e instituições não universitárias de pesquisa ameaçam o atual sistema científico do País. Artigo de Hernandes Carvalho, presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe), para o portal Nexo

A falta de um projeto para ciência e tecnologia do atual governo de Jair Bolsonaro, além de uma expectativa equivocada de resultados imediatos da atividade científica, anuncia uma tragédia iminente: o colapso de um sistema construído por milhares de cientistas ao longo de muitas décadas.

O crescimento que levou a ciência brasileira à 14ª posição no ranking da produção científica mundial aconteceu a par e passo com o crescimento do sistema de pós-graduação e de sua unificação via Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nos últimos 40 anos.

A ciência brasileira no seu formato atual é intrinsecamente dependente da formação universitária e da pós-graduação, ao contrário de países melhor posicionados que o Brasil nessa lista e com melhores colocações em termos de impacto da ciência produzida. Sistema hoje aferido, basicamente, pelo número de citações por artigo científico publicado em periódicos nacionais e internacionais. Nestes, a atividade científica é centrada no trabalho de profissionais contratados para o desenvolvimento da pesquisa e no treinamento em nível de pós-doutoramento.

Leia na íntegra: Nexo

topo ↕

UERN - TEMPO REAL

Aula inaugural do DINTER em Direito será na próxima segunda-feira

Na próxima segunda-feira, 12, será realizada a aula inaugural do Doutorado Interinstitucional em Direito (DINTER) entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A aula inaugural será às 19h, no auditório da Escola de Governo, em Natal.

A turma do DINTER em Direito conta 30 alunos, dos quais 20 são professores da UERN, dos campi de Mossoró e Natal. As aulas serão ofertadas por professores da UFPR, em Mossoró e Natal, em uma turma única. O doutorado terá duração de quatro anos.

O doutorado interinstitucional é um programa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** que visa capacitar professores de Instituições

de Ensino Superior (IES) localizadas em região em que não exista a oferta de cursos de pós-graduação em stricto sensu. A ideia é que, com o corpo docente capacitado, a UERN passe a ofertar seu próprio curso de mestrado na área de Direito.

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFPR é avaliado com conceito 6 pela **CAPES** – o maior conceito já atingido por um Programa de Pós-Graduação em Direito no Brasil.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Future-se - consulta pública entra na última semana

Os cidadãos que pretendem contribuir para a construção do programa "Future-se" têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 34 mil pessoas se cadastraram no sistema de consulta pública e mais de 10.900 comentários já foram recebidos pelo MEC. Lançado em 17 de julho, o "Future-se" tem como objetivo dar autonomia na gestão das universidades e institutos federais.

A consulta pública tem duas etapas. Na primeira, o participante pode escolher três opções para cada capítulo: "totalmente claro", "claro com ressalvas" e "não está claro". Além disso, há espaço para incluir observações por escrito no fim de cada capítulo. Já na segunda etapa, o participante pode utilizar um campo de texto para fazer comentários gerais sobre o tema e enviar propostas.

Para participar, é preciso criar um cadastro com e-mail e CPF na plataforma da consulta pública, que pode ser acessada pelo portal do MEC. Somente os cadastrados podem participar da consulta. Os interessados precisam preencher um perfil, indicando sua cidade e estado, faixa etária, nível de escolaridade e ocupação.

* Com informações do Ministério da Educação